

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**
3

4 Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e treze realizou-se a Centésima Quinquagésima
5 Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à
6 Travessa Eng. Acylyno de Carvalho, 33 – Centro – Porto Alegre; Sede da SERGS –
7 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, com o início às quatorze horas, com a
8 presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Carlos Fernando Niedersberg**, Presidente do
9 CONSEMA e representante da SEMA; **Sr. Torvaldo Antônio Marzolla Filho**, representante
10 da FIERGS; **Sr. Ludwig Buckup**, representante do IGRÉ; **Sr. Ivo Lessa**, representante da
11 FARSUL; **Sr. Jurandir João Farias**, representante da SEINFRA; **Sra. Loana Silveira**
12 **Cardoso**, representante da SEAPA; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do Fórum
13 dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sra. Margô Guadalupe Antonio**, representante da
14 Amigos da Floresta; **Sr. Paulo José Gallas**, representante da SCIT; **Sr. José Homero**
15 **Finamor Pinto**, representante do CREA/RS; **Sr. Itabajara da Silva Vaz Junior**,
16 representante do Centro de Biotecnologia do Estado; **Sr. Alberto Niederauer Becker**,
17 representante da SSP; **Sr. Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Sr. Darci**
18 **Campani**, representante da Instituição Universitária Pública; **Sra. Silvia Aparecida Rudek**
19 **Wathier**, representante da FAMURS; **Sr. Alexandre Scheifler**, representante da FETAG/RS;
20 **Sr. André Kryszczun**, representante da SEDAC; **Sr. Carlos Monti Henkin**, representante
21 da SEPLAG; **Sr. João Carlos Almeida**, representante da SOP/RS; **Sr. Paulo Brack**,
22 representante do INGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, representante da AGAPAN; **Sra.**
23 **Gabriele Gottlieb**, representante da FEPAM; **Sra. Ana Rosa Bered**, representante do
24 Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Mauro Kruter Kotlhar**, representante da Secretaria
25 Estadual da Saúde; **Sr. João Pessoa R. Moreira Junior**, representante do IBAMA/RS; **Sra.**
26 **Ana Lúcia P. F. Cruz**, representante do SINDIÁGUA/RS; **Sra. Lisiane Becker**,
27 representante da Mira Serra; **Sr. Marco Franceschi**, representante da SDPI e o **Sr. Adair**
28 **Coelho Barcelos**, representante da SEDUC/RS. Justificaram ainda a ausência os seguintes
29 conselheiros: Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin da Instituição Universitária
30 Privada. Encontravam-se presentes ainda os senhores: Pâmela Manica e Raissa Christoff, da
31 Mira Serra; Diego Carrillo do Corpo Técnico da FEPAM; Karla L Cozza, do Fórum do
32 Comitês de Bacia; Marcelo Frison Secretário Estadual de Habitação e Saneamento
33 (SEHABS); Karla Maria Cipriano Rieper da SERGS; Kathia Vasconcellos; Thiago Krebs e
34 Rafael Volquind da FEPAM; Deise Nunes, Luiz Fernando Jeckin, Mario Luiz Rangel, Paulo
35 Germano da CORSAN; Arnaldo Dutra, presidente da CORSAN e Fernanda Corezola da
36 SGG. O Senhor Presidente, tomou a palavra e deu início a reunião. **Sr. Presidente:** Bom,
37 primeiro boa tarde a todos os conselheiros e conselheiras e ilustres convidados, agradeço
38 excepcionalmente a presença do Superintendente do IBAMA, aqui no Rio Grande do Sul,
39 nosso amigo João Pessoa que tem sido um parceiro de primeira hora, muitas vezes na
40 reunião da ABEMA (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente) fico
41 bastante assustado com os relatos de disputas, brigas etc... entre as secretarias estaduais e o
42 IBAMA nos estados, e sempre lembro que ainda bem que temos o João Pessoa, aqui isso
43 nunca aconteceu, a relação é de absoluta sintonia entre a SEMA a FEPAM e o IBAMA tem
44 nos propiciado um trabalho bastante, mais facilitado, fácil nunca é nossa área é bastante
45 difícil, mas tem sido uma sintonia positiva, então agradeço por demais a presença do João
46 Pessoa nesta reunião do CONSEMA, reunião que pra mim é muito especial, acho que a
47 maioria dos conselheiros, tem alguns novos que não me conhecem, mas a maioria me
48 conhece e sabe que eu participo do CONSEMA como representante da FEPAM desde o
49 início do governo, desde dois mil e onze, e sabe que eu tinha uma postura, mesmo
50 obviamente sendo o nosso governo, nossa gestão, eu sempre tive uma postura bastante
51 crítica a condução aqui do CONSEMA, então se agora a frente da secretaria, não sei se vou
52 conseguir fazer grandes alterações, profundas mudanças, pretendo em alguns casos fazer em

53 outros não acho necessário, mas aqui no CONSEMA tenho certeza que vou me empenhar
54 todos os dias para que o CONSEMA seja de fato o órgão mais representativo do meio
55 ambiente no Estado do Rio Grande do Sul, seja um espaço democrático de discussões, mas
56 principalmente um espaço deliberativo de fato. Durante estes dois anos que participei do
57 CONSEMA, fiquei muito triste, comentava com vários conselheiros isso de que parecia que
58 tínhamos perdido uma tarde, espero que isso nunca mais aconteça que todas as tardes de
59 reunião do CONSEMA sejam tardes realmente produtivas ou pra belos debates que
60 permitam vislumbrar um avanço mais a frente ou para deliberações como as que a gente tem
61 hoje a tomar. Então deixo esse desabafo inicial e essa saudação inicial a todos os
62 conselheiros presentes e podem ter a certeza que vou me empenhar para que o CONSEMA
63 tenha um funcionamento bastante diferenciado, alguns eu já gostaria de ter iniciado com
64 essa reunião, mas não foram possíveis por essa situação que a SEMA e FEPAM de quase
65 absoluta paralisação por conta da forma com que fomos impelidos a realizar a mudança.
66 Mudança que todos queríamos fazer. Era o desejo de todos os servidores das direções de
67 ambas as casas, mas não da forma como foi feita, nós tínhamos um cronograma em que a
68 mudança iria até, no mínimo, o final deste mês, de maneira gradual onde nada paralisasse, as
69 atividades continuassem ocorrendo simultânea a mudança, infelizmente uma interdição
70 judicial no dia primeiro de abril, um dia até meio sintomático não é, algo difícil de acreditar
71 que tenha acontecido, nos impediu de dar esse rumo aos trabalhos nós tivemos que fazer
72 uma mudança *a toque de caixa*, que sinceramente me deprime muito, ontem eu entrei na
73 sede da secretaria, que logo espero que todos conheçam, é um edifício muito bom, mas
74 entrei junto com todos os cupins vindos lá da Carlos Chagas, algo que eu tinha dito que não
75 gostaria que acontecesse, mas a forma como foi, todo o mobiliário está indo junto e a gente
76 vai ter que estar fazendo uma nova contratação daqui a poucos meses para enviar de volta
77 esse mobiliário, por que estão chegando os moveis novos, pra termos uma ideia da
78 dissonância que foi a mudança como foi feita, e isso nos amarrou muito nesse período,
79 gostaria de ter realizado reuniões prévias com os conselheiros, eu pretendo que em todas as
80 próximas reuniões do CONSEMA a gente tenha a oportunidade de dialogar antes para
81 construir, sempre, conjuntamente as pautas, isso não foi possível, felizmente pelo menos a
82 pauta principal que a gente tem no dia de hoje, houve discussão na câmara técnica, houve o
83 debate necessário, e a gente tem segurança para apresentar ela para os senhores mesmo sem
84 ter tido a oportunidade de fazer esse debate prévio, o que me comprometo em mudar essa
85 prática para as próximas reuniões e sempre ter esse debate prévio com os conselheiros.
86 Antes de darmos seguimento a pauta propriamente dita, a nossa Secretaria Executiva, pra
87 quem ainda não conhece Gabriela Freitas, prometo vai agilizar muito mais o trabalho
88 executivo desse conselho, vai ler algumas comunicações, já gostaria de deixar aqui também
89 manifesto uma outra coisa que pretendo mudar, e junto um pouco um pedido, infelizmente a
90 carência dos recursos em especial da área ambiental, que vocês sabem que são bastante
91 grandes, mas um dos motivos que eu fui descobrir por um funcionamento bastante
92 deficitário que existia da Secretaria Executiva do CONSEMA se devia ao fato, se deve ainda
93 ao fato de que esses dois coitados aqui, que são os únicos dois que trabalham na Secretaria
94 Executiva, após as reuniões tem que degravar todas as reuniões, e isso feito por eles é um
95 tempo realmente muito grande e que praticamente impede de outras ações que eles façam,
96 então estou fazendo um orçamento pra ver quanto custa, espero que a gente consiga com os
97 recursos da SEMA pagar, se não conseguir já vamos pensando aí, vamos passar a *caixinha* e
98 ver como esse conselho ajuda a financiar isso, por que não tem sentido dois servidores
99 ficarem passando duas três semanas degravando uma reunião quando isso pode facilmente
100 ser contratado, então essas eram algumas considerações iniciais. Agradeço também a
101 presença aqui do Secretário Estadual de Habitação e Saneamento, meu amigo, Marcelo
102 Frison e do meu grande amigo, parceiro desde o início de governo em toda a construção,
103 daquela que é uma das áreas onde o governo mais avança nesse estado que é no saneamento
104 básico o presidente da CORSAN Arnaldo Dutra, obrigado pela presença de ambos. Gabi.

105 **Sra. Gabriela Freitas:** Boa tarde a todos, então vamos às comunicações: A Secretaria de
106 Educação do Estado indica o senhor Adair Coelho Barcelos na qualidade de suplente junto
107 ao CONSEMA; A SSP indica os senhores Paulo César Balardin e Eduardo Luiz da Rocha
108 Farias junto a CTP de Recursos Administrativos na qualidade de titular e suplente
109 respectivamente; A SSP indica o senhor Rodrigo Gonçalves dos Santos junto a CTP FEMA
110 na qualidade de suplente; A SSP indica os senhores Mauricio Ricardo Vieira Flores e Edsom
111 Meler junto a CTP de Controle e Qualidade Ambiental na qualidade de titular e suplente
112 respectivamente; A SSP indica os senhores José Luiz Rosa e Alberto Niederauer Becker
113 junto a CTP de Agropecuária e agroindústria na qualidade de titular e suplente
114 respectivamente; A SSP indica o senhor Paulo Cesar Balardin junto a CTP de Assuntos
115 Jurídicos na qualidade de suplente; A SSP indica o senhor Alberto Niederauer Becker junto a
116 CTP de Biodiversidade e Política Florestal na qualidade suplente; SSP indica o senhor
117 Edsom Meler junto a CTP de Gestão das Águas na qualidade suplente; SSP indica o senhor
118 José Luiz Rosa junto a CTP de Gestão Compartilhada Estado/Município na qualidade
119 Titular; A SSP indica os senhores Rodrigo Gonçalves dos Santos e Alberto Niederauer
120 Becker junto a CTP de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular na qualidade de titular e
121 suplente respectivamente; SSP indica o senhor Rodrigo Gonçalves dos Santos junto a CTP
122 de Mineração na qualidade suplente; SSP indica o senhor Alberto Niederauer Becker junto a
123 CTP de Resíduos Sólidos na qualidade suplente; A FAMURS indica as senhoras Fernanda
124 Giehl e Kenita Sandiá Litter junto a CTP de Assuntos Jurídicos na qualidade de titular e
125 suplente respectivamente; A FAMURS indica as senhoras Gilda Goulart e Kenita Sandiá
126 Litter junto a CTP de Controle e Qualidade Ambiental na qualidade de titular e suplente
127 respectivamente. Nós temos ainda as ausências justificadas: A Instituição Universitária
128 Privada que justifica a ausência de seus representantes: Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e
129 Elisabete Zanin. Agora passamos para a verificação de quórum, então, por favor, senhores
130 conselheiros e conselheiras levantem seus crachás. Está bem, temos quórum senhor
131 presidente. Bom, dando prosseguimento a nossa reunião, o primeiro ponto de pauta trata-se
132 da aprovação das atas das reuniões ordinárias centésima quinquagésima primeira e
133 centésima quinquagésima segunda, o senhor Eduardo Stumpf representante do Fórum de
134 Comitês de Bacias já encaminhou as alterações que nós já incorporamos. Então gostaria de
135 submeter a aprovação dos senhores conselheiros, alguém gostaria de fazer alguma
136 colocação? **Sra. Lisiane Becker:** Eu tenho uma alteração, desculpe mas eu não me lembro
137 agora de que até que dia (**inaudível**) esta faltando fala ali, até por que foi colocado pela Mira
138 Serra e pela AGAPAN que nós queríamos uma projeção da matéria como tinha ficado após
139 as alterações e eu não encontrei no texto, está faltando então uma transcrição bastante,
140 bastante tempo da transcrição esta faltando. **Sra. Gabriela Freitas:** Está bem, Lisiane tu
141 podés encaminhar para mim por *e-mail* para que a gente possa providenciar? **Sra. Lisiane**
142 **Becker:** É por que a gente tinha pedido vista... **Sr. Presidente:** Pelo que eu entendi,
143 Gabriela, o que a Lisiane esta dizendo é que houve na reunião do conselho, na qual eu não
144 estava presente, houve algumas falas que não estão presentes na degravação. **Sra. Lisiane**
145 **Becker:** Que não houve a apresentação final da proposta... **Sr. Presidente:** Então basta,
146 Lisiane, por favor, não mandar as falas, obviamente que você nem as possui, mas apenas as
147 solicitações e os nomes de quem tu lembra que não estão na degravação pra procurar lá, e
148 volto a dizer que é um trabalho amador feito pelos dois aqui e está bastante sujeito a erros.
149 **Sra. Gabriela Freitas:** Obrigada. **Sra. Ana Rosa Bered:** Eu gostaria de pedir por que, eu
150 sou representante do Corpo Técnico da FEPAM, eu não tenho recebido as atas por que a
151 gente está com aqueles problemas e nem conseguimos acessar os *e-mails* funcionais e nem
152 os particulares das pessoas, em especial por que em uma reunião eu não pude participar nem
153 eu nem o meu suplente, e eu sobe que foi colocado em pauta um assunto que já havia sido
154 retirado de pauta, nessas atas, então eu gostaria de ver a aprovação dessas atas, que eu
155 pudesse ter acesso pra ver se contem nessas atas a entrada do tema que é da questão da
156 votação a respeito do lançamento nas lagoas do litoral norte, a questão do zoneamento, então

157 eu gostaria, se for possível, que enquanto a gente não entrar na normalidade do recebimento
158 da documentação que a gente não aprovasse, pra poder ver essa fala também (**inaudível**). **Sr.**
159 **Presidente:** Eu acho que, a partir do pedido da Lisiane e reforçada pela fala da Neca (Ana
160 Rosa Bered), não há a menor necessidade de fazermos a aprovação dessas atas hoje. A gente
161 procede uma ultima revisão. Neca nós podemos enviar para um *e-mail* pessoal teu ou tu
162 preferes entregue em mãos. **Sra. Ana Rosa Bered:** Eu vou passar um *e-mail* pessoal. **Sr.**
163 **Presidente:** Manifestação da FETAG/RS. **Sr. Alexandre Scheifler:** Só pra reforçar, a
164 FETAG/RS também não recebeu as atas, se pudéssemos incluir mais um *e-mail*. **Sr.**
165 **Presidente:** O desafio é grande, mas eu prometo que logo muda esse desarranjo
166 institucional. Vamos fazer de forma mais abrangente, eu pediria que cada conselheiro na
167 saída confirmasse o seu nome e seu *e-mail* pra gente revisar nosso banco de dados que
168 parece está bastante defasado, Gabriela teu trabalho não vai ser pouco. **Sr. Ivo Lessa:**
169 Senhor presidente, só pra esclarecer, na verdade tem muitos *e-mails* que eu recebi depois, e
170 aí fica aquela coisa, alguém aqui que recebeu, mas tem muitos novos que não receberam por
171 ainda não constarem no banco de dados, eu na CTP de Biodiversidade tenho tido alguns
172 problemas. **Sr. Presidente:** Isso pode acontecer, mas que há problemas, há problemas e nós
173 vamos trabalhar para elimina-los, bom a ata dessa reunião, próximo ponto de pauta. **Sra.**
174 **Gabriela Freitas:** Próximo ponto de pauta, então, trata da proposta de minuta do CREA/RS,
175 que “Dispõe sobre a excepcionalidade dos sistemas públicos de esgotamento sanitário, no
176 que diz respeito aos padrões e condições para a emissão de efluentes líquidos em águas
177 superficiais do Estado do Rio Grande do Sul”. Só pedindo licença aqui para o senhor
178 presidente, só para retomar, a ultima reunião do CONSEMA que ocorreu aqui neste local
179 inclusive, novamente a Secretaria Executiva pede desculpas de a ata não haver ficado pronta
180 a tempo para remeter a todos vocês, ela já está pronta, mas por essa série de circunstancias
181 que o Fernando descreveu nos foi impossível ter acesso para o envio, mas nesta ultima
182 reunião foi proposto pelo conselheiro do CREA/RS o debate e o encaminhamento para a
183 Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, o que foi feito pela
184 Secretaria Executiva, sobre a excepcionalidade dos sistemas públicos de esgotamento
185 sanitário, esse debate foi feito na reunião do dia dez de abril em que o presidente da CTP
186 Fernando Gustavo está aqui presente, e presidiu a reunião e foi por solicitação dele, ao
187 presidente do CONSEMA, que se fez o convite ao presidente da CORSAN pra fazer uma
188 apresentação visando contribuir para o nosso debate, e para a apresentação logo a seguir da
189 minuta que foi discutida na Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade
190 Ambiental. **Sr. Presidente:** Neste momento convidamos o Fernando ou o Arnaldo? **Sra.**
191 **Gabriela Freitas:** O Arnaldo. **Sr. Presidente:** Arnaldo, então, por favor. **Sr. Arnaldo**
192 **Dutra:** Primeiro essa proposta não diz respeito somente a CORSAN, mas... **Sr. Presidente:**
193 Ela foi denominada de CORSAN tendo em vista que a CORSAN é a maior empresa de
194 saneamento, mas existem outras, bem recordado pelo conselheiro. **Conselheira não**
195 **identificada:** Senhor Presidente. **Sr. Presidente:** Sim. **Conselheira não identificada:** Eu
196 vou pedir vistas desse processo. **Sr. Presidente:** Sim nós vamos fazer todo o debate, o
197 pedido de vista é regimental, outros conselheiros já haviam me informado que pediriam
198 vista ao processo, depois a gente abre o espaço para os pedidos de vista, mas vamos fazer
199 todo o debate possível no dia de hoje e ver a marcação de uma nova reunião extraordinária,
200 o mais rápido possível pra gente poder deliberar, mas vamos fazer as apresentações
201 primeiro. **Sr. Eduardo Stumpf:** Eu gostaria de compartilhar o pedido de vista. **Sr.**
202 **Presidente:** Não, nós não abrimos ainda o espaço para pedido de vista, depois a gente abre
203 para os pedidos de vista. Por favor Arnaldo. **Sr. Arnaldo Dutra:** Primeiro meu boa tarde a
204 todos, quero saudar em especial o nosso presidente Carlos Fernando e te desejar muito
205 sucesso na tu nova atividade, na tua nova empreitada a frente da Secretaria do Meio
206 Ambiente quero te desejar muito sucesso, e também dizer que pode contar com a CORSAN
207 naquilo que nos for pertinente, pois estaremos ai sempre pra ajudar, ao nosso Secretario
208 Marcelo, da Secretaria de habitação e Saneamento, ao qual a CORSAN é vinculada; e uma

209 saudação especial, e ao mesmo tempo um reconhecimento a todo esforço que foi feito pelos
210 técnicos da SEMA, da FEPAM, da CORSAN para que nós pudéssemos trazer esse tema,
211 digamos assim com uma rapidez não tão entendida pelas pessoas, mas face a urgência do
212 tema, nós precisávamos discutir isso com uma certa brevidade. Estamos vivendo um
213 momento extremamente importante para o saneamento do estado do Rio Grande do Sul, um
214 momento diferente, novo, aonde nós temos um conjunto de investimentos significativos a
215 serem feitos, e eu sempre tenho dito, como falou nosso conselheiro Finamor, de que este
216 tema não é um tema de exclusividade da CORSAN, ele é um tema do estado do Rio Grande
217 do Sul, ele é um tema das companhias municipais, das autarquias em fim um tema da
218 sociedade como um todo. Nosso estado convive hoje com números que não são números
219 adequados para o tamanho do estado do Rio Grande do Sul, não é uma responsabilidade
220 exclusiva da CORSAN, dos municípios, do estado, mas é uma responsabilidade do conjunto,
221 por isso, que é importante que nós possamos trazer para esse fórum extremamente
222 qualificado e que já foi propositor de tantas coisas inovadoras para que nós consigamos
223 construir uma saída que permita que o estado faça os investimentos. Mesmo assim para citar
224 algumas coisas do CONSEMA, algumas coisas inéditas que o estado do Rio Grande do Sul,
225 como por exemplo, nós fomos protagonistas no que diz respeito a lei dez trezentos e
226 cinquenta, que depois originou a lei nove quatro três, nós fomos protagonistas na exigência,
227 na portaria de exigência do flúor na água, nós fomos protagonistas na criação de companhias
228 estaduais, e nós fomos também protagonistas na criação de uma resolução do porte da
229 Resolução CONSEMA cento e vinte e oito, então nós temos uma série de méritos aí que a
230 gente precisa saudar e ao mesmo tempo trazer ao debate pra que nós possamos avançar,
231 lembro aqui que nós, no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, quando
232 pouco se falava no país e hoje é uma obrigação uma obrigatoriedade da lei, este CONSEMA
233 aqui aprovou em dois mil e um as regras para construção do Plano de Gerenciamento
234 Integrado de Resíduos Sólidos no Estado do Rio Grande do Sul, então nós temos “ene”
235 exemplos de protagonismo, que precisam ser reconhecidos e respeitados, que esse fórum
236 aqui tem trazido para grande avanço do Estado do Rio Grande do Sul e é por isso que eu me
237 sinto bem a vontade de fazer essa apresentação e ao mesmo tempo fazer o apelo de que nós
238 possamos trabalhar em conjunto para avançar ainda mais no esgotamento sanitário no nosso
239 estado. Num breve resgate do saneamento no Brasil nós poderíamos trazer de mil e
240 quinhentos até, se fosse o caso, mil e novecentos uma ausência quase que total de iniciativas
241 organizadas pro saneamento, então convivíamos com doenças, alta taxa de mortalidade,
242 principalmente mortalidade infantil, e proliferação de vetores, uma ausência de um sistema
243 mais organizado. Chegamos ao ano de mil e novecentos, e passamos a ter no estado e no
244 país o aporte de auxílio de empresas estrangeiras na operação de sistemas de abastecimento
245 de água, quem não lembra nosso caso aqui da capital, Porto Alegre, onde nós tínhamos uma
246 companhia privada, Companhia Rio Guaíba, quem não lembra do caso de Rio Grande e de
247 Pelotas, essa foto aí é emblemática, é uma foto de Rio Grande, esse reservatório foi trazido
248 da Europa então não tínhamos um suporte aí, talvez essas empresas estrangeiras tenham tido
249 o mérito de dar o “ponta pé” inicial no que diz respeito a organização do sistema de
250 saneamento no Brasil. Quando essas empresas se retiram o país volta a novamente uma
251 situação de desorganização, quando uma empresa estrangeira vai embora e não deixa sua
252 expertise, nós ficamos numa situação de recomeçar alguma coisa, então na década de
253 sessenta foi marcada por um índice de abastecimento de água nas cidades, nas áreas urbanas
254 de menos de cinquenta por cento de água servida na torneira. Vocês devem lembra que nós
255 temos aqui uma musica que fazia a apologia, e é uma música, um samba muito bonito, que
256 fazia a apologia a lata de água na cabeça, que é exatamente o que acontecia, nós tínhamos
257 um índice baixo de cobertura abastecimento de água, menos de cinquenta por cento, e as
258 pessoas buscavam água do jeito que dava, e a imagem da lata de água na cabeça é uma
259 imagem que se immortalizou na figura de um samba, mas revela uma realidade do país até a
260 década de sessenta. Em sessenta e cinco o Estado do Rio Grande do Sul, mais uma vez com

261 protagonismo ele constitui a primeira Companhia Estadual de Saneamento, a primeira ideia
262 de saneamento regionalizado, não o saneamento individualizado por município, mas um
263 saneamento regionalizado, e uma figura chamada de subsidio cruzado, que era a ideia de
264 montar um grande sistema, um grande condomínio onde a partir de uma arrecadação
265 coletiva se pudesse fazer os investimentos necessários em todos os municípios independente
266 de seu tamanho, e essa companhia criada foi a CORSAN. Bom a CORSAN serviu como
267 instrumento, como ideia para o restante do país, e nós observamos que ainda em mil
268 novecentos e sessenta e nove, aí já no auge do regime militar, no período mais duro do
269 regime militar, nós temos a criação de mais vinte e quatro companhias estaduais em todo o
270 país, todas elas com base na companhia criada aqui no estado do Rio Grande do Sul, e a
271 novidade que se tinha nesse período foi a criação do Plano Nacional de Saneamento, o
272 PLANASA, que tinha por objetivo aportar recursos e essas companhias estaduais para que
273 elas fizessem investimentos no abastecimento de água, que nós pudéssemos sair daquele
274 patamar de menos de cinquenta por cento e pudéssemos avançar no serviço de
275 abastecimento de água, então o PLANASA teve o grande mérito de, apesar de sua
276 constituição ter sido feita num período autoritário, e ter uma constituição autoritária ele
277 aportou recursos significativos em todo o país e muitos investimentos foram feitos, e a
278 realidade do país mudou muito hoje no que diz respeito ao abastecimento de água e
279 certamente o PLANASA teve sua parcela significativa de responsabilidade nisso. Mil
280 novecentos e oitenta e quatro nós caminhávamos para o final do governo militar, no período
281 do governo militar, o PLANASA na sua finalização, já na sua fase final ele é extinto. Mas o
282 saldo que fica é noventa e sete por cento de abastecimento de água, então o que nós estamos
283 dizendo é que em oitenta e quatro o país atinge na média um grau de universalização do
284 abastecimento de água. O que é importante aí? O que tem relação com o esgotamento
285 sanitário, nós atingimos a universalização do abastecimento de água, o objetivo era todas as
286 pessoas terem acesso a água tratada, quando se atinge essa meta de universalização, e que a
287 gente comemora esse média, ainda que seja importante dizer que estados do nordeste e do
288 norte eles ainda tem uma deficiência de abastecimento, estão na faixa, no patamar de uns
289 sessenta a setenta por cento, diferente do nosso estado, do estado de São Paulo, do estado do
290 Paraná em que os índices são se noventa e sete, noventa e oito por cento, mas o que tem de
291 importante é que pra se atingir a universalização, primeiro se pensou em envolver o maior
292 número de pessoas, o maior número de pessoas atendidas pelo sistema, e quando se atinge
293 este patamar se passa imediatamente pra qualificar essa água que vai ser distribuída, então
294 nós temos aqui, nós tivemos portarias, varias portarias do Ministério da Saúde, começando
295 pela portaria cinquenta e seis de mil novecentos e setenta e sete (56/1977), e nós chegamos
296 hoje na portaria, talvez a portaria mais restritiva do ponto de vista de potabilidade de água
297 que é a portaria vinte e nove quatorze de dois mil e onze (2914/2011), uma portaria que
298 exige um grau de análise de qualificação extremamente significativo, mas ela parte do
299 patamar de que todas as pessoas tem acesso ao sistema de abastecimento de água, então hoje
300 é possível se trabalhar na exigência de qualidade de água, então a portaria, ela é uma
301 portaria bastante restritiva e que as companhias estaduais e os municípios terão dificuldades
302 de atender num primeiro momento, a CORSAN começa a trabalhar e certamente será uma
303 das primeiras companhias estaduais a atender na integra essa portaria vinte e nove quatorze,
304 mas foi uma construção importante que teve desde o PLANASA até mil novecentos e
305 oitenta e quatro na busca da universalização e depois, agora, na busca da qualificação dessa
306 água distribuída. Com o fim do PLANASA nós entramos num período que para o setor do
307 saneamento é considerado um período perdido, nós ficamos de oitenta e quatro até dois mil
308 e sete, dois mil e seis sem uma política definida de investimentos para o setor. Não haviam
309 recursos de forma continuada no setor de saneamento, se tira o PLANASA, que tinha os
310 seus defeitos, mas era um pano nacional e não se cria nada em sua substituição e nós
311 ficamos, digamos, a deriva, com um passivo ambiental aumentando, com o déficit do
312 esgotamento sanitário aumentando de forma significativa. Até dois mil e sete quando o setor

313 constrói o Marco Regulatório, ou a Lei onze mil quatrocentos e quarenta e cinco, que é
314 conhecida como a Lei do Saneamento, com essa lei, ela traça diretrizes nacionais para o
315 setor de saneamento, ela cria regras para o setor do saneamento, e talvez questões
316 extremamente importantes como titularidade dos serviços, a lei aponta a titularidade dos
317 municípios nos serviços de saneamento, a lei obriga a construção de Planos Municipais de
318 Saneamento, e diz quem não tiver Plano Municipal de Saneamento até dezembro de dois mil
319 e treze agora, não terá acesso a recursos da União, cria o Sistema de Regulação, obriga as
320 companhias a se vincularem, a serem reguladas por uma agência de regulação, enfim ela cria
321 todo um mecanismo para fazer o saneamento avançar no Brasil, e junto com a lei, nós temos
322 o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC I, que tinha na sua origem a ideia de
323 colocar até, de dois mil e sete a dois mil e onze, quarenta bilhões de reais no setor de
324 saneamento, o que seria, digamos é uma coisa inédita na história do país um volume de
325 recursos tão significativo depois do PLANASA, qual o problema dessa quantidade de
326 recursos, são as exigências que são feitas, nós temos um ritual a ser cumprido quando se fala
327 de recursos principalmente de recursos da União, é um ritual de projeto bem elaborado, de
328 prazos que tem que ser cumpridos, de licenciamentos que tem que ser cumpridos e
329 principalmente um olhar muito vigilante de quem nos oferta o dinheiro, que é o olhar da
330 Caixa Econômica Federal. Então tem uma série de questões, por isso que eu dizia, e pedir
331 desculpas ao mesmo tempo, de que essa urgência é necessária, nós temos a possibilidade de
332 fazer grandes investimentos, desde que nós tenhamos a capacidade de ser céleres na
333 execução dessas obras e o início na licitação dessas obras. Então tivemos o PAC I que
334 aportou quarenta bilhões, desse volume de recursos o Estado do Rio Grande do Sul,
335 conseguiu entre CORSAN e municípios, alguma coisa em torno de um bilhão e meio de
336 reais, muito recurso, e temos agora de dois mil e onze pra cá o Programa de Aceleração do
337 Crescimento - PAC Dois (PAC II) que esta se propondo a colocar no setor mais quarenta e
338 cinco bilhões de reais. Nós sabemos que o PLANSAB, que é o Plano Nacional de
339 Saneamento, que é outra exigência da lei, ele faz uma avaliação, o PLANSAB está para a
340 consulta pública ainda, ele não foi editado e publicado, ele faz uma avaliação de que o país
341 precisa em esgotamento sanitário para universalizar o serviço até dois mil e trinta, cento e
342 sessenta bilhões de reais, só para esgotamento sanitário, se fossemos trabalhar com os quatro
343 itens do saneamento nós chegaríamos a quatrocentos e trinta bilhões de reais, então é muito
344 dinheiro para nós atingirmos, por que o nosso tempo, o nosso passivo foi muito grande,
345 ficamos muitos anos sem investimentos, então o PLANSAB aponta isso, e o Programa de
346 Aceleração do Crescimento - PAC Dois (PAC II) se dispões a colocar quarenta e cinco
347 bilhões. Desses quarenta e cinco bilhões a CORSAN já conseguiu um volume superior a um
348 bilhão e meio de reais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Dois (PAC II) que
349 estão em fase de licitação, obra em andamento, e contratos sendo assinados. Com esse
350 recurso nós poderemos construir quarenta e quatro novos sistemas de tratamento de esgoto,
351 quatro bilhões de reais eu diria, pra vocês que oitenta por cento desse recurso são em
352 investimentos de esgotamento sanitário, os demais são recursos pra fazer melhorias no
353 sistema de abastecimento de água, complementos e alguma inovação necessária, até pra
354 atender a portaria vinte e nove quatorze, então hoje o estado do Rio Grande do sul tem
355 quatro bilhões para serem investidos. A nossa realidade, hoje, Rio Grande do sul, noventa e
356 nove por cento de cobertura de água, então universalizado, poderíamos assim dizer,
357 dificilmente nós chegaríamos aos cem por cento pela movimentação e pelo crescimento das
358 cidades, noventa e nove por cento, e a CORSAN nos municípios que tem o seu serviço
359 atende apenas dezessete ponto oito com cobertura de esgotamento sanitário, o azul escuro ali
360 (ver anexo) significam os locais onde a CORSAN tem algum sistema implantado de
361 tratamento de esgoto, então em um estado do tamanho do nosso a CORSAN atendendo
362 trezentos e vinte e cinco municípios, nós temos este conjunto de municípios com algum grau
363 de estações de tratamento, ou algum grau de tratamento de esgoto. No Brasil tem um índice
364 de noventa por cento de cobertura de água e um índice na médio muito superior ao nosso,

365 trinta e sete ponto sete de cobertura de esgotamento sanitário, por isso eu diria que o nosso
366 desafio não é um desafio só dos prestadores de serviço, mas ele é um desafio da sociedade
367 como um todo, nós temos que criar mecanismos que nos deem condições de avançar, rumo a
368 uma existência maior no quesito de esgotamento sanitário. Se fossemos fazer um
369 comparativo com outros estados o Rio Grande do sul como um todo ele trata vinte e nove
370 ponto dois por cento de esgoto e ocupa a décima segunda posição no ranking dos estados,
371 não é uma competição, mas nos mostra o tamanho dos investimentos, o tamanho dos
372 trabalhos que nós temos pela frente para atingir uma situação como a de São Paulo por
373 exemplo, uma situação de Minas Gerais ou até a situação dos nossos vizinhos aqui o Paraná
374 e Santa Catarina, com vinte e nove ponto dois é o que nós temos hoje implantado, coletado e
375 tratado, o estado esta entre os piores índices fora do eixo. Então são as ETE (Estação de
376 Tratamento de Esgoto) que a CORSAN tem em operação nos municípios, que eu mostrava
377 pra vocês naquele azul mais escuro, então nós temos um total instalado hoje com capacidade
378 de tratar quatro ponto seis metros por segundo de esgotamento sanitário e estamos tratando
379 um ponto cinco, é o que nós estamos tratando hoje, isto significa que tem a possibilidade de
380 ligar muito mais pessoas ao sistema existente, nós precisamos construir redes e trabalhar
381 para fazer essas ligações, então além de nós tratarmos pouco, nós temos uma capacidade
382 ociosa, por assim dizer, traduzindo em população nós temos onze milhões de habitantes
383 onde a CORSAN atende, onze milhões no estado a CORSAN atende sete milhões e
384 quinhentos mil gaúchos, com uma capacidade instalada de tratar três milhões e novecentos
385 mil habitantes, e atendemos um milhão e trezentos e trinta mil habitantes, com os novos
386 investimentos, aquele quatro bilhões de reais que eu coloquei ali nós poderíamos chegar a
387 quatro milhões e novecentos mil habitantes atingidos no final dessas obras, e ai nosso estado
388 saltaria deste percentual hoje acanhado, para um percentual superior a sessenta por cento,
389 um pouquinho mais, quatro milhões de pessoas num universo de sete milhões e quinhentos
390 mil, no caso de atendimento pela CORSAN, é bom dizer que nós temos em paralelo com as
391 obras da CORSAN um volume de recursos astronômico aqui em Porto Alegre do
392 socioambiental, temos recursos em São Leopoldo, Novo Hamburgo, Pelotas e Caxias que
393 são os maiores sistemas, que também vão sair de patamares baixos para patamares
394 superiores a oitenta por cento, tem Bagé também. Tem muito investimentos sendo feitos no
395 estado do Rio Grande do sul, mas no quesito CORSAN nós sairíamos do patamar, aquele, de
396 dezanove por cento para um patamar superior a sessenta por cento. Os municípios que nós
397 teremos obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Um (PAC I) e do
398 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Dois (PAC II) aí distribuído no estado do
399 Rio Grande do sul, tem uma concentração bastante grande na região metropolitana por que o
400 desenho do PAC na visão do Governo Federal era de atender primeiramente as grandes
401 cidades e as regiões metropolitanas, justamente por entender que aí o passivo ambiental era
402 maior. Então tem um investimento significativo hoje da CORSAN na região metropolitana,
403 pegando o vale do Paranhana, o vale do Gravataí, vale do Sinos superior e dois bilhões de
404 reais, cidades como Canoas, Esteio, Sapucaia, Cachoeirinha, Gravataí grandes cidade da
405 região metropolitana, Viamão e Alvorada poderão ter no futuro próximo oitenta por cento de
406 esgotamento sanitário, de cobertura por esgoto sanitário, então temos uma possibilidade
407 muito grande de dar um salto qualitativo, então quem vai ganhar com isso além da
408 população, são os dois rios, que são os piores que nós temos hoje em termos de estado do
409 Rio Grande do sul, que é o Gravataí e o Sinos, que pelo menos terão no que diz respeito ao
410 esgotamento sanitário terão minimizada esta carga orgânica que hoje chega neles. E aí entra
411 um pouquinho naquilo que eu queria pedir pra vocês analisassem com bastante carinho, em
412 cima da nossa discussão, da resolução e protagonismo de transformar coisas, nós temo
413 Cachoeirinha, Cachoeirinha tem um investimento do Pró-Guaíba, na época do Pró-Guaíba,
414 foi concluído em dois mil e um, dois mil e dois esta estação, com um investimento na casa
415 dos trinta milhões de dólares na época, uma estação que foi construída e atende hoje
416 cinquenta e oito mil habitantes de Cachoeirinha, quarenta oito por cento da população hoje é

417 atendida num universo de cento e dezenove mil, nós conquistamos no Programa de
418 Aceleração do Crescimento - PAC Dois (PAC II) quarenta e nove milhões de reais para
419 investir em Cachoeirinha, nós temos duas alternativas neste caso, se nós formos investir em
420 Cachoeirinha pra ampliar o sistema de rede e de cobertura e de população atendida nós
421 poderemos chegar a oitenta por cento da população atendida, ou nós poderemos investir
422 estes quarenta milhões para construir praticamente uma estação nova no lugar daquela que
423 não atende mais alguns parâmetros da nossa legislação e aí no mérito da Resolução
424 CONSEMA, que eu entendo, que ela tem um mérito gigantesco, mas também entendo que
425 ela tem, ela precisa ter um horizonte para ser atingido, nós atendemos hoje a remoção de
426 fósforo que é o exemplo que está colocado ali, nós colocamos o efluente com quarenta e seis
427 por cento de remoção de fósforo, e a Resolução me exigiria que a remoção fosse de setenta e
428 cinco por cento de remoção, então eu faria quarenta milhões de investimento para atender
429 aqueles setenta e cinco por cento de fósforo e manteria cinquenta e oito mil pessoas
430 atendidas, ao passo que nós poderíamos investir esses mesmos quarenta milhões e atingir um
431 universo de oitenta por cento da população de Cachoeirinha, e aí quando tivermos
432 universalizado ou mais próximo de um atendimento, de mais gente, nós poderemos investir
433 para atender daí de forma qualificada esse efluente, qualificar ainda mais o Efluente lançado,
434 mais ou menos, na mesma relação que eu tentei fazer no início com a água, primeiro atende
435 todas as pessoas, e depois tu qualifica cada vez mais, no caso do esgotamento sanitário e
436 acho que seria talvez um passo importante, nós poderíamos colocar mais gente no sistema,
437 mais gente no sistema significa, saúde pública, significa sustentabilidade financeira desse
438 sistema, o que vai permitir com que o setor de saneamento seja ele estadual, ou seja
439 municipal, ele possa depois avançar pra qualificar o efluente que está chegando no nosso
440 manancial, no nosso corpo receptor. Poderia citar outros exemplos que nós temos aqui hoje,
441 e que nos preocupam, que são os casos da serra, eu citaria aqui Bento Gonçalves, nós temos
442 um investimento em Bento Gonçalves de cinquenta milhões de reais de esgotamento
443 sanitário e temos uma limitação que é a nossa capacidade de recebimento desse efluente
444 tratado, que aí também eu vou ter que fazer uma escolha. Temos o caso, também, de
445 Farroupilha, que é da região da serra, aonde, vocês sabem que a serra gaúcha ela tem, além
446 de todos os problemas, ela tem um solo, que é um solo basáltico, por tanto, na base do
447 explosivo, o custo da obra é muito elevado, mas eu tenho ainda o agravante de que corpo
448 receptor, pra mim lançar esse efluente no corpo receptor próximo dessa cidade eu tenho que
449 ter um patamar superior que setenta e cinco por cento, por exemplo de fósforo e superior ao
450 índice exigido na remoção de nitrogênio. É possível fazer? Certamente é possível fazer,
451 engenharia hoje permite que se faça. Nós podemos implementar um sistema de filtros de
452 membranas ou de osmose reversa ou outro que existem, só que o custo disto é um custo
453 proibitivo no nosso país ainda, e a escolha que a gente faz é atendemos mais gente num
454 patamar aceitável num primeiro momento, e aí quando eu falo de um patamar aceitável, eu
455 não estou falando de irresponsabilidade de nós lançarmos de qualquer jeito, acho que nós
456 nem poderíamos propor numa situação destas, por que nós temos uma FEPAM
457 extremamente atuante, temos outros órgãos de fiscalização extremamente atuantes, mas que
458 a gente consiga ter uma mediação, que neste primeiro momento nós consigamos incluir mais
459 pessoas no sistema e depois nós podemos pensar em avançar na qualificação desses
460 efluentes e que eu entendo que a Resolução CONSEMA a cento e vinte e oito ela tem que
461 ter o nosso horizonte um horizonte próximo a ser atingido. Eu não seria aqui irresponsável
462 de propor a extinção de uma resolução que eu considero um avanço, e considero fruto de
463 uma grande discussão de um corpo técnico qualificado, eu só acho que a gente precisa olhar
464 no tempo como é que elas atingiram a qualidade do efluente para nos adequarmos a
465 resolução CONSEMA. Então pessoal eu peço desculpas pelo tempo, mas esse recado ele era
466 importante, e eu acho que a gente precisa pensar o esgotamento sanitário como um problema
467 de todos, ele foi objeto agora, recentemente, de toda a discussão de privatização no estado
468 do Rio Grande do sul, o elemento da discussão foi o estado do Rio Grande do sul não trata

469 esgoto, por que o setor público é ineficiente, então entrega pro setor privado que ele vai
470 fazer, e nós sabemos que o setor privado vai enfrentar o mesmo problemas, e certamente vai
471 escolher a só as cidades que são rentáveis, as pequenas cidades que são deficitárias e que
472 hoje são atendidas pelo sistema CORSAN certamente ficaram de fora. Então nós temos
473 nosso grau de compromisso e de responsabilidade, e que é bastante grande, e com isso faço
474 esse apelo para que vocês analisem a possibilidade de uma solução mediada, para que nós
475 possamos ter um horizonte próximo a Resolução cento e vinte e oito, mas que ela não seja
476 neste primeiro momento, digamos, a necessidade de eu fazer investimentos em qualificação
477 e que deixe de atender mais pessoas que hoje estão excluídas do sistema de esgotamento
478 sanitário. Então este era o recado, muito obrigado pela oportunidade e desculpa ter me
479 excedido no tempo. **Sr. Presidente:** Bem, o Arnaldo acaba de fazer um diagnóstico bastante
480 preciso, eu diria, preocupante e alentador ao mesmo tempo, preocupante pela situação atual,
481 e alentador pelas possibilidade de transformação, em função destas demandas concretas do
482 saneamento daqui do estado é que a Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade se
483 reuniu e tem pra apresentar a esse Conselho uma proposta de resolução que eu gostaria que
484 o presidente da Câmara Técnica viesse aqui fazer a defesa junto aos conselheiros. **Sr.**
485 **Fernando Gustavo Mohrdieck:** Primeiramente um breve histórico. Primeiro foi realizada
486 uma reunião ordinária da Câmara Técnica, houve a apresentação da proposta de minuta de
487 resolução, houve a discussão desta proposta com a alteração de alguns itens desta proposta,
488 e sendo agendada uma nova reunião, uma reunião extraordinária, para o dia dezesseis de
489 quatro de dois mil e treze, nesta reunião houve o relato e a defesa da Sociedade de
490 Engenharia (leia-se CREA/RS - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e
491 Agronomia) com votações e alterações de alguns itens quando se chegou na redação final da
492 proposta de minuta de resolução. Com a aprovação final da Câmara Técnica e apresentação
493 ao plenário, que eu vou ler: “Dispõe sobre a excepcionalidade nos sistemas de tratamento de
494 esgotos sanitários, no que diz respeito aos padrões e condições para a emissão de efluentes
495 líquidos domésticos em águas superficiais do Estado do Rio Grande do Sul. O Conselho
496 Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe
497 são conferidas pela Lei Estadual número dez mil trezentos e trinta (nº 10.330), de vinte e
498 sete (27) de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro (1994) e, Considerando a
499 necessidade de preservar a qualidade ambiental, de saúde pública e dos recursos naturais,
500 quanto ao lançamento de efluentes líquidos oriundos de sistema de tratamento de esgoto
501 sanitário em águas superficiais, no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a
502 necessidade da redução progressiva de carga poluidora lançada in natura nos recursos
503 hídricos, e que a instalação progressiva de Sistemas de Tratamento de Esgoto promoverá
504 melhorias na qualidade das águas dos mananciais do Estado do Rio Grande do Sul;
505 Considerando a Resolução CONSEMA cento e vinte e oito (128), de vinte e quatro (24) de
506 novembro de dois mil e seis (2006), que dispõe sobre a fixação de Padrões de Emissão de
507 Efluentes Líquidos para fontes de emissão que lancem seus efluentes em águas superficiais
508 no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Resolução CONSEMA cento e vinte e
509 nove (129), de vinte e quatro (24) de novembro de dois mil e seis (2006), que dispõe sobre a
510 definição de critérios e padrões de emissão para toxicidade de efluentes líquidos lançados
511 em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Resolução
512 CONSEMA duzentos e cinquenta e um (251), de vinte e quatro (24) de dezembro de dois
513 mil e dez (2010), que dispõe sobre a prorrogação de prazo para cumprimento do artigo nono
514 (art. 9º) da resolução CONSEMA cento e vinte e nove barra dois mil e seis (129/2006) que
515 define critérios e padrões de Emissão para toxicidade de Efluentes líquidos lançados em
516 águas superficiais do Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Resolução CONSEMA
517 duzentos e quarenta e cinco (245), de vinte (20) de agosto de dois mil e dez (2010), que
518 dispõe sobre a fixação de procedimentos para o licenciamento de Sistemas de Esgotamento
519 Sanitário, considerando etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões
520 de emissão e os padrões das classes dos corpos hídricos receptores, em conformidade com

521 os Planos de Saneamento e de Recursos Hídricos; Considerando a Resolução CONAMA
522 número quatrocentos e trinta (nº 430), de treze (13) de maio de dois mil e onze (2011), a
523 qual dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes que complementa e
524 altera a Resolução número trezentos e cinquenta e sete (nº 357), de dezessete (17) de março
525 de dois mil e cinco (2005), do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
526 Considerando a Resolução CONAMA número trezentos e cinquenta e sete (nº 357), de
527 dezessete (17) de março de dois mil e cinco (2005). Que dispõe sobre a classificação dos
528 corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as
529 condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências; Considerando a
530 Lei Federal onze mil quatrocentos e quarenta e cinco barra dois mil e sete (11.445/2007),
531 regulamentada pelo Decreto Federal sete mil duzentos e dezessete barra dois mil e dez
532 (7.217/2010) – Política Nacional de Saneamento Básico, que dentre outros aspectos
533 determina a necessidade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, como
534 condicionantes para obtenção de recursos federais, RESOLVE: Artigo primeiro (Art 1º) -
535 Ficam suspensas as Resoluções CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove barra
536 dois mil e seis (128 e 129/2006), em caráter excepcional, para fins de condições e padrões
537 de lançamento de efluentes líquidos domésticos dos sistemas públicos...” Isto por que devido
538 a dificuldade de atendimento de alguns padrões que estão referidos nestas duas resoluções
539 “...de tratamento de esgoto sanitário; Artigo segundo (Art. 2º) - No período de vigência desta
540 normativa será utilizada a resolução CONAMA quatrocentos e trinta barra dois mil e onze
541 (430/2011) para definições de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos
542 domésticos do sistema público de esgotamento sanitário;...” Resolução de caráter nacional
543 que já é amplamente utilizada em outras unidades da federação, e seria mais facilmente
544 atingida em seus padrões. “Artigo terceiro (Art. 3º) A suspensão tratada no artigo primeiro
545 (1º) desta resolução será de três (03) anos.” Se colocou um prazo limite que se achou
546 adequado colocar um limite neste prazo justamente por se tratar de uma suspensão, então
547 nós adequamos um limite, e o período de três anos foi determinado por que seria suficiente
548 para se verificar a eficiência da suspensão, dos efeitos dessa suspensão das resoluções cento
549 e vinte e oito e cento e vinte e nove com relação ao andamento das obras. “Parágrafo único –
550 Ao final do prazo estabelecido no caput, obriga que o Conselho Estadual do Meio Ambiente
551 – CONSEMA a nova discussão sobre esta resolução não havendo mantém a vigência desta
552 normativa;” e “Artigo quarto (Art.4º) - Esta resolução entra em vigor na data de sua
553 publicação, revogando as disposições em contrário.” Era isso, essa é a proposta. **Sr.**
554 **Presidente:** Vai ter agora uma apresentação do parecer jurídico feito pela Assessoria
555 Jurídica da SEMA. **Sr. Thiago Krebbs:** A pedido do Presidente do CONSEMA foi
556 encaminhado a Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente para fazer a análise da
557 legalidade desta resolução e de própria minuta, razão pela qual, não fui eu que fiz este
558 parecer, mas na qualidade de Presidente da Câmara Técnica Jurídica venho aqui apresentar
559 ao conselho, que foi feita a análise e não há nenhum óbice jurídico a publicação, tanto que
560 não encontra nenhuma contrariedade a dispositivos legais existentes, de outra banda refere
561 que a redação esta corretamente elaborada do ponto de vista estrutural, todavia refere que há
562 uma sugestão jurídica ao paragrafo único do artigo terceiro, que é onde fala da questão do
563 prazo, que poderia trazer uma certa dificuldade interpretativa a essa redação, ...a nova
564 discussão sobre a resolução não havendo... então a proposta jurídica de redação é a seguinte:
565 “Ao final do prazo estabelecido no caput o Conselho Estadual do Meio Ambiente –
566 CONSEMA deverá iniciar nova discussão sobre esta resolução, permanecendo em vigor a
567 presente até que haja novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
568 CONSEMA.” são estas as considerações jurídicas a respeito da resolução. **Sr. Presidente:**
569 Obrigado Thiago. Então razoavelmente esclarecidos da motivações que aqui fizeram com
570 que esse conselho viesse a apreciar essa sugestão a partir deste problema original
571 apresentado pelo Arnaldo, problema que temos no estado vários índices de seu
572 desenvolvimento superiores a média nacional, infelizmente nos recursos hídricos estamos

573 num nível nordestino, então portanto a ideia de que adequemos a nossa legislação
574 temporariamente até chegarmos a um padrão mais próximo da universalização do
575 esgotamento sanitário aqui no estado e o que resta de dúvida, pelo menos a mim, acho que
576 seria bom o Arnaldo deixar mais claro pra gente aqui é por que a necessidade de tanta
577 urgência, ele deixou claro que são prazos fixados pela Caixa Econômica Federal e dos
578 outros órgãos do Governo Federal financiadores deste projeto, que a gente esta conseguindo
579 nesta perspectiva apresentada pelo Arnaldo aqui que utilizando os recursos federais dar um
580 salto muito grande no desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, no tocante, esse
581 que pra mim é um dos dois grandes problemas ambientais mais graves, e que o setor público
582 deve se ocupar, e tenho dito isto em todas as minhas intervenções, que saneamento básico e
583 resíduos sólidos urbanos, o lixo, são os dois problemas mais graves que o setor público tem
584 sob sua responsabilidade, que enfrentar. Então eu acho que elementos suficientes para este
585 debate existem, agora quanto a urgência dele eu gostaria que o Arnaldo apresenta-se pra
586 gente quais os prazos aos quais a CORSAN esta submetido para estes financiamentos junto
587 ao Governo Federal, que é a grande fonte de recursos aqui previstos. Então Arnaldo por
588 favor. **Sr. Arnaldo Dutra:** Bem como eu coloquei na apresentação, nós temos um
589 regramento, toda a vez que se obtém um financiamento ou se obtém um repasse de recurso
590 do orçamento geral da União, tem um regramento que tem que ser seguido, e esse
591 regramento tem prazos bastante claros para um negócio chamado de primeiro desembolso,
592 então a CORSAN tem uma leva de recursos oriundos do Programa de Aceleração do
593 Crescimento - PAC Dois (PAC II) que precisão ter um primeiro desembolso agora num curto
594 espaço de tempo, e quando eu falo num curto espaço de tempo, eu estou falando de maio,
595 estou falando de junho, estou falando de julho para algumas obras, e se a gente não
596 consegue ter o primeiro desembolso nós perdemos o contrato de financiamento, este é o
597 risco que nós corremos, e par ter um primeiro desembolso eu tenho que ter uma licitação e
598 eu tenho que apresentar na Caixa Econômica Federal a licença de instalação do sistema, não
599 basta eu só ter uma licitação, não posso dar uma ordem de inicio, não posso ter desembolso,
600 nem medir uma obra que não esta licenciada senhor presidente, então nosso prazo, por isso
601 até pedi desculpas pela urgência, mas nós nos deparamos com essa situação que vai fazer
602 com que nós tenhamos problemas seríssimos em Bento Gonçalves agora de imediato, e
603 Farroupilha de imediato e assim sucessivamente, que são estes dois que tem o desembolso
604 para agora no mês de maio, como é uma decisão nacional, a discussão ela é nacional, os
605 desembolsos são feitos por uma determinação nacional, nos prazos do Programa de
606 Aceleração do Crescimento (PAC) e nós precisamos cumprir esses prazos, então não tem
607 como nós justificarmos pra sociedade que eu perdi prazos – você perdeu prazos, tinha
608 recurso e não conseguiu desembolsar por que não atendeu a legislação – eu volto a dizer que
609 nós num futuro próximo, certamente nós conseguiríamos atingir um patamar previsto na
610 Resolução cento e vinte e oito, não tenho dúvidas disto, agora hoje, com a situação que nós
611 temos hoje, remoção de fósforo e nitrogênio principalmente, corpo receptor, em alguns
612 locais certamente nós vamos perder recursos por que nós não vamos conseguir montar uma
613 situação que permita que a FEPAM possa com tranquilidade, sem riscos, nos dar uma
614 licença de instalação e que eu possa apresentar na Caixa, então nosso risco, presidente, é
615 referente ao desembolso, de ter negado o primeiro desembolso e perder os recursos que já
616 estão contratados. **Sr. Presidente:** Arnaldo, eu corroboro aqui teu depoimento, e digo,
617 aquele mutirão que nem janeiro e fevereiro, pra conseguir emitir todas as Licenças Prévia
618 (LPs) das suas estações, tenho certeza que a Gabriele esta preparando a equipe pra fazer de
619 novo para as Licenças de Instalação (LIs), agora certamente as Licenças de Instalação (LIs)
620 vão precisar que a CORSAN esteja adequada a legislação, então ou a gente faz a opção de
621 manter a legislação atual e reduzir em muito o número das estações, ou a gente vai ser
622 obrigado a ter aqui neste CONSEMA, ter a maturidade de compreender o momento e a
623 necessidade e aprovar temporariamente esta Resolução, mas fica aberta as inscrições. Mas
624 num primeiro momento eu só gostaria de, já tem alguns inscritos, de dirigir as inscrições

625 ainda, mais em termos de dúvidas ao Arnaldo do que propriamente comentários sobre a
626 Resolução pra gente aproveitar a presença do Arnaldo e do Marcelo, que não é fácil pras
627 agendas deles disponibilizar uma tarde para estar aqui conosco conselheiros, então vou pedir
628 que a gente faça isso no dia de hoje, que a gente aproveite a presença dos dois aqui para isso,
629 então nós já temos aqui inscritos, espero que dentro deste espírito não o for eu peço que
630 aguardem um pouco para a inscrição, temos o Diego, o Eduardo, o Paulo Brack a Lisiane.
631 **Diego. Sr. Diego Carrillo:** Bom, esses processos da Resolução cento e vinte e oito
632 inevitavelmente eles acabam passando por mim, e eu tenho acompanhado a legislação assim
633 como boa parte (inaudível) pelo que eu estou percebendo, muitos não conhecem essa
634 legislação que se esta propondo ser aplicada, que é a Resolução quatrocentos e trinta, então
635 em termos de contextualização, foi feito uma contextualização do quadro do saneamento, e
636 minha obrigação é fazer uma contextualização do quadro ambiental, a questão do
637 lançamento de efluentes ela foi disciplinada pela Resolução três, cinco, sete de dois mil e
638 cinco (357/2005), basicamente em termos gerais em dois mil e cinco se estabeleceu em nível
639 nacional através do CONAMA padrões de lançamento de efluentes, sem quase nenhuma
640 distinção do que era efluente industrial, e do que era efluente sanitário, em dois mil e seis
641 veio a nossa Resolução do CONSEMA cento e vinte e oito (128/2006), a Resolução três,
642 cinco, sete de dois mil e cinco (357/2005) levou dois anos em discussão nas câmaras
643 técnicas do CONAMA, a Resolução cento e vinte e oito (128/2006) foram quatro anos sendo
644 discutida no CONSEMA e passou por todas as instâncias da FEPAM, todo mundo opinou
645 sobre isso, realmente a cento e vinte e oito (128/2006), apesar da cento e vinte e oito
646 (128/2006) fazer uma distinção entre o que é efluente industrial e efluente sanitário ela ainda
647 é considerada muito restritiva, o que mudou de lá pra cá, é que o horizonte nacional de
648 perspectiva de investimento em saneamento básico mudou, se abriu a possibilidade das
649 parcerias Público Privado, e o setor privado entendeu que não tem condições, não tem
650 interesse em investir em saneamento, ele já vislumbrando, fazendo coro com o setor público,
651 diz olha nós não temos condições de investir tendo lucro e cumprir estas leis, discutiu-se
652 então no CONAMA a Resolução quatrocentos e trinta (430/2011). A Resolução
653 quatrocentos e trinta (430/2011) ela é mais flexível que a Resolução três, cinco, sete de dois
654 mil e cinco (357/2005) que é de dois mil e cinco ela é mais flexível que a nossa resolução
655 cento e vinte e oito (128/2006) e é o que em nível nacional entende-se que aceitável, que
656 seja exequível para que se vislumbre essa tão almejada universalização do sistema de
657 esgotamento sanitário, agora dentro desse contexto existe um posicionamento de alguns
658 técnicos da FEPAM de que esta é uma resolução, a quatrocentos e trinta (430/2011), é muito
659 boa. A resolução quatrocentos e trinta (430/2011) foi festejada pelo setor de saneamento
660 ambiental como sendo a resolução, depois da dois três sete que trata sobre a questão do
661 licenciamento a resolução nacional que poderia permitir um maior incremento de qualidade
662 ambiental, então ela é nacionalmente conhecida como um avanço, e é indiscutível que isso
663 ocorra. Bom, feito essa ressalva, eu só queria agora fazer algumas correções e algumas
664 considerações, e que é que diz a resolução três, cinco, sete de dois mil e cinco (357/2005),
665 por que me parece que as pessoas não leram a três, cinco, sete de dois mil e cinco
666 (357/2005). A três, cinco, sete de dois mil e cinco (357/2005) ela permite que seja feito
667 quase tudo desde que não se altere o enquadramento, o que é que é o enquadramento, é em
668 última análise é um contrato social em que a sociedade civil decide qual a qualidade daquele
669 corpo hídrico com que ela convive, então essa decisão de quem é que vai pagar mais, se é
670 conveniente ter um recurso hídrico de maior qualidade a dispensas da própria sociedade, ou
671 de menor qualidade, a lei nove, quatro, três, três de noventa e quatro (9.433/1994) é que esta
672 de acordo com a lei de Política Nacional do Meio Ambiente que diz que isso é de delegação
673 da sociedade, e daí não é o órgão ambiental, não é a Companhia de Saneamento, não é os
674 engenheiros que estão dentro de uma sala que vão decidir isso, então tem ser feita essa
675 ressalva, quando o enquadramento é discutido a sociedade sabe se ela quiser uma água de
676 classe um, que é possível molhar um moranguinho e sair comendo o moranguinho depois,

677 ela vai ter que pagar por isso, se ela não tem recurso pra pagar a água vai ser de classe três
678 ou de classe quatro que só permite navegação, então esse entendimento a gente tem que ser
679 feito. Assustou-me um pouco na apresentação a ideia de que, por exemplo, no caso de
680 Cachoeirinha, seria possível reduzir o percentual de abatimento de fósforo de setenta cinco
681 para quarenta três por cento, isso da forma como é infundida na Resolução quatrocentos e
682 trinta (430/2011) só pode ser firmado se se conhecer efetivamente a capacidade de suporte
683 do corpo hídrico receptor, se o corpo hídrico receptor já estiver com seu enquadramento
684 esgotado, mas nem cem por cento é possível creditar, então é só para que a gente tenha o
685 cuidado também que esta resolução não vai resolver todos os problemas de nenhuma
686 companhia de saneamento, então tem algumas outras questões de representatividade do
687 corpo técnico da FEPAM que e vou deixar para um outro momento, mas eu entendo que
688 estas questões técnicas, é importante que sejam colocadas, até para que se crie conhecimento
689 para que possamos votar isso com mais propriedade depois. **Sr. Presidente:** Obrigado,
690 Eduardo. **Sr. Eduardo Stumpf:** Eduardo Stumpf representante dos Comitês, quando foi
691 proposta essa pauta para o CONSEMA o Fórum Gaúcho trouxe exatamente esse assunto um
692 sobre a revisão, pelo Conselho dos padrões de efluentes, (...) que trabalha com a quantidade
693 da água, o Sistema de Meio Ambiente que trabalha com a qualidade da água e envolto nisso
694 o manejo do sistema de saneamento, e os Comitês de Bacias, o Sistema de Recursos
695 Hídricos tem uma íntima lição com os Planos de Bacia e este esta bem decidido por
696 exemplo, e a posição que eu estou trazendo aqui, é uma posição da (...) que é para a
697 aprovação desta resolução (...) tendo em vista a necessidade de discussão das metas
698 intermediárias dos Comitês de Bacia, que vale a pena ser discutido (...) por exemplo o
699 Gravataí (...) como é que nós vamos chegar lá (...) uma classe desejável, o Gravataí está
700 tentando (...) tranquilo, e a projeção do plano inclusive é de dez anos, talvez vinte anos
701 consiga-se chegar próximo a uma classe dois, então a discussão é essa, não é a de flexibilizar
702 a norma, mas é temporal, em quanto tempo nós vamos conseguir (...) recursos hídricos (...)
703 o enquadramento e o Plano de Bacia trabalham com o tempo, então as metas (...) cinco
704 anos, o que nós precisamos fazer pra chegarmos(...) o representante lá na câmara técnica,
705 pode dar um (...) mais técnico, obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Paulo Brack. **Sr. Paulo**
706 **Brack:** Bom, nós do INGÁ e eu acho que as demais entidades ambientalistas também, não
707 considera adequada, a gente ser pautado por demandas sempre urgentes, eu acho que o
708 conselho tem que estar acima disso, ele não pode ser, de certa maneira, eu vou dizer assim
709 pressionado, talvez não explicitamente, mas a gente acaba, e já vimos situação aqui, que
710 foram situações, também infelizes, não vamos dizer que neste caso é totalmente infeliz,
711 considero a legitimidade, (...) em fim para todos os gaúchos é importante, é óbvio que a
712 questão do saneamento é prioridade das prioridades, mas nós tivemos aqui no CONSEMA
713 por exemplo, a discussão da aprovação de licenças prévias pra obras do PAC (Programa de
714 Aceleração do Crescimento), sem licenciamento ambiental, por causa das obras do PAC
715 (Programa de Aceleração do Crescimento) estavam com pressa, e aí deram licença prévia
716 pra fazer (...) ambiental, então o que é que a gente acha, a gente não quer ver, que a gente
717 não seja pressionado a decidir as coisas em cima do laço, eu acho que talvez vocês deveriam
718 ter pensado nisso antes, pra dar mais tempo pra gente pensar, por que é o seguinte essas duas
719 resoluções a cento e vinte e oito de dois mil e seis (128/2006) e a cento e vinte e nove de
720 dois mil e seis (129/2006) são resoluções a bastante completas, com uma série de itens, e a
721 gente jogar pra escanteio tudo isso, todo um trabalho feito, e dar três anos ainda, por que três
722 anos, acho que se fosse o caso um mês, esta resolve a situação, mas estas resoluções elas não
723 podem ser jogadas pra escanteio um trabalho todo, e eu diria a questão de nós continuarmos
724 com um precedente, de mais uma vez, e nós já vimos aqui, em outras ocasiões também no
725 CONSEMA prorrogando prazos da silvicultura, em fim as nossas resoluções são muito mais
726 no sentido de prorrogar prazos do que decidir questões, e fazer com que a política ambiental,
727 ele se solidifique, então a gente considera que nós temos que ter tempo, então nós vamos
728 pedir vistas em relação a esta proposta, e não queremos que se repita que o CONSEMA seja

729 pressionado por situações tais, por que isso, de repente daqui um mês vai vir uma outra
730 situação nova, em que tenha um outro empreendimento, o governo tenha o recurso, mas
731 vamos ter que flexibilizar aqui ou ali. E eu acho que não é por aí, eu acho o CONSEMA tem
732 que ser respeitado, tem que ter uma boa discussão pra que a gente possa (...) todo um
733 trabalho feito, e isso acaba fragilizando o Conselho Estadual do Meio Ambiente, obrigado.
734 **Sr. Presidente:** Obrigado Paulo, Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Realmente nos sentimos
735 pressionados, só que reféns, por que, imagina, vamos ficar todos envolvidos com a gestão, e
736 nós conselheiros, que já a bastante tenso, por ter que tratar de assuntos bem atuais (...) quem
737 olha uma normativa como essa não tem ideia todo um contexto em que ela esta inserida,
738 então vai ter que se guiar apenas pela resolução, então nessa linha de raciocínio a Mira Serra
739 pede vistas do processo. **Sr. Presidente:** Obrigado Lisiane. **Sr. Marco Franceschi:** Bom
740 pessoal, eu sou Marco, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do
741 Investimento, eu gostaria de um esclarecimento, aquele vinte e cinco por cento, eu sou
742 engenheiro e fiz uma conta matemática muito simples, aqueles vinte e cinco por cento em
743 cima do fósforo que tu aumentaria com a primeira resolução tu atinge dezesseis mil (16.000)
744 pessoas ao passo que com a outra obra tu atinge trinta e sete mil (37.000), é esse o calculo?
745 **Sr. Arnaldo Dutra:** Hoje nós temos trinta e oito mil (38.000)... **Sr. Marco Franceschi:**
746 Então atenderia mais trinta e tantos... Sr. Arnaldo Dutra: Isso, mais trinta e oito mil
747 (38.000), hoje nós atendemos trinta e oito mil (38.000). **Sr. Marco Franceschi:** Então fica
748 latente ótimo é inimigo bom, isso é muito importante dizer, olhando como uma pessoa fora,
749 eu consigo identificar que, e só fazer um calculo matemático, que é muito melhor para os
750 Recursos Hídricos, um investimento em que se atinja trinta e sete mil (37.000) moradores, é
751 muito melhor que os vinte e cinco por cento de remoção de fósforo, então minha intervenção
752 vem nesse sentido (...) com essa visão de o ótimo inimigo do bom, eu acho muito melhor a
753 gente melhorar e ampliar o sistema de esgotamento sanitário, do que atingir aos tais vinte e
754 cinco por cento, e atendermos um maior numero da população neste caso especifico, então
755 minha intervenção era neste sentido de esclarecer isso, por que as vezes a gente tenta buscar
756 o ideal, e o ideal impede que qualquer coisa aconteça, então a gente não consegue progredir
757 absolutamente nada com a visão se que a gente tem que atingir o ideal e isso é muito
758 importante, no setor público a gente trabalha muito com (...) tem projetos, prazos e tudo isso
759 não como a gente quer (...) o melhor resultado para todo mundo, eu acho que a gente tem
760 que pensar neste ponto, o ótimo vai sempre ser inimigo do bom, era essa minha intervenção,
761 obrigado. Sr. Presidente: Eu primeiro tinha me inscrito para dialogar com a fala do Diego,
762 um dos técnicos que eu mais respeito lá da FEPAM, mas depois da fala do Paulo Brack e da
763 Lisiane, eu queria também dialogar com o conjunto dos conselheiros no sentido da fala que
764 eu fiz no inicio, e que não era uma fala sem consequências, eu disse no inicio da reunião, de
765 fato o que eu pretendo fazer a frente deste conselho, e reconheço plenamente que este foi um
766 tema, acho que dentro dos limites do conselho dentro de seu regimento, mas obviamente de
767 maneira açodada, trazido aqui aos conselheiros com pouco debate, mas agora eu acho que
768 tem elementos que justificam esse pouco debate, o primeiro a excepcionalidade e a urgência
769 do caso, e o segundo, eventos anteriores, primeiro deles, a gente sabe que infelizmente o
770 Brasil em janeiro e fevereiro fica parado, nós estamos saindo do período de férias, logo na
771 sequência do período de férias, teve todos os incidentes relativos a mudança da sede da
772 FEPAM e da SEMA que nos deixaram até hoje paralisados, continuamos paralisados, a
773 nossa presença aqui hoje, é uma presença que se dá com bastante dificuldade, então aqui eu
774 peço a compreensão dos conselheiros que isso realmente seja excepcional, não seja a norma
775 daqui pra frente, não vou dizer que nunca em alguma circunstancia, mas longe de ser uma
776 regra, assumo esse compromisso de que todos os temas serão melhor debatidos com mais
777 prazo, com mais tempo pelo conjunto dos conselheiros, também rapidamente vou fazer um
778 registro sobre o que o Eduardo diz, acho que esse é um desafio imenso, esse eu não consigo
779 assumir aqui o compromisso de que conseguirei no tempo de gestão que resta fazer, mas
780 sem dúvida isso aqui tem que estar casado com as discussões dos Planos de Bacia, fazer

781 essas discussões de forma isolada, de maneira apartada é um grande prejuízo a uma visão
782 sistêmica do processo, então eu acho que é justa a cobrança do Eduardo, e a gente vai tentar
783 na medida do possível fazer com que seja minimizado, assumo que acho que um ano e meio
784 é pouco para conseguir resolver isso, e eu não quero assumir um compromisso aqui que eu
785 não posso me comprometer e realmente cumprir, e por fim, aquilo para que eu realmente
786 tinha me inscrito, que era para dialogar com a fala do Diego, felizmente nesse assunto eu
787 posso dar uns pitacos mais do que políticos, uns pitacos técnicos, por ser químico, é um
788 assunto que eu conheço bastante e sou concursado da CORSAN, nunca assumi mas algum
789 dia assumirei, não é Arnaldo. E aqui a lógica do corpo receptor não vale, não vale por um
790 simples motivo, aqui o que é que se está debatendo, é manter o esgoto in natura ou tratar um
791 pouco esse esgoto, então não se pode olhar a partir da lógica do corpo receptor, tem que se
792 olhar a partir da lógica do que está sendo emitido, inevitavelmente está se diminuindo a
793 emissão, o corpo receptor ele não se trata de poder receber ou não esse esgoto tratado, ele já
794 recebe esse esgoto in natura que com certeza é muito pior, então um tratamento ineficiente é
795 muito melhor que o não tratamento, e eu não estou dizendo que será um tratamento
796 ineficiente, estou querendo usar como parâmetro, mesmo que fosse um tratamento
797 absolutamente ineficiente seria melhor que ter resíduos in natura sendo jogados, mas
798 infelizmente, diferente de efluentes industriais onde através da licença a gente tem a
799 possibilidade de simplesmente fechar uma fábrica que está fora do padrão, a gente não
800 consegue fechar o esgoto sanitário domiciliar, a gente não consegue ir lá proibir a pessoa de
801 fazer suas necessidades, então a lógica aqui do corpo receptor, ela não serve por esse único
802 motivo. A gente tem que partir do que é que está sendo emitido, e a emissão hoje in natura
803 com certeza é muito pior que para o corpo hídrico que o esgoto tratado, então só por isso que
804 eu queria fazer esse debate um pouquinho técnico pra gente ver o que realmente do que é
805 que está se falando, era isso. **Sr. Diego Carrillo:** Desculpem-me mas eu fui citado, então eu
806 acho que isso é uma questão importante... **Sr. Presidente:** Por favor, Diego. **Sr. Diego**
807 **Carrillo:** Eu gostaria de expor que me parece que esse não é o entendimento que se tem, em
808 função da legislação tanto nacional, quanto estadual, que tem que se seguir, o
809 enquadramento tem que ser respeitado, e existem alternativas sim, só que são alternativas
810 mais caras, e quem decide isso é, em última análise, a população, é um processo
811 descentralizado de decisão, eu não vou, e acho que aqui não é o fórum adequado de a gente
812 ficar discutindo essas questões, mas eu vou, com relação a outras questões me manifestar a
813 seu tempo, mas gostaria de deixar essa minha manifestação aqui. **Sra. Ana Rosa Bered:**
814 Considerando todos os colegas que trabalham com o licenciamento, com todo o respeito a
815 câmara técnica e todo o trabalho desenvolvido, eu me inscrevi para pedir vistas, justamente
816 para que os técnicos que lidam com essa decisão cotidianamente, (...) o que é que vai
817 acontecer com esse período em que a gente vai suspender estas resoluções, e por isso a
818 representação do Corpo Técnico da FEPAM pede vistas, para levar para os colegas da
819 FEPAM que trabalham também diariamente com isso, para tomarem conhecimento, por que,
820 vou repetir, essa discussão levou quatro anos e nós estamos agora rapidamente decidindo
821 uma alteração, acho que é legítima, acho que é importante, e que vem a contribuir para essa
822 discussão, a gente é sensível a necessidade do Estado de avançar na infraestrutura de
823 saneamento e isso é considerado pelos técnicos sim. Acho que ficamos aqui nós os técnicos
824 como a diretoria tanto da SEMA como da FEPAM, com o compromisso de que a gente
825 agilize e se organize para discutir essa questão o mais profundamente e rapidamente
826 possível, obrigada. **Sr. Presidente:** Nós temos um número razoável de inscritos e o tempo
827 depõe contra a gente eu vou pedir que na fala do próximo inscrito que a gente encerre as
828 inscrições para gente poder ouvir ainda o Arnaldo e dar os encaminhamentos necessários.
829 Por favor, Mauro. **Sr. Mauro Kruter Kotlhar:** Engenheiro Arnaldo eu gostaria que o
830 senhor aprofunda-se alguns pontos de sua fala, tu colocaste assim que hoje, aquela questão
831 de que a CORSAN precisa de investimento pra mobilizar recursos e que depois vão ser
832 captados na própria sociedade, que vão ser beneficiados, e que vão tanto para as subsidiárias

833 como para a CORSAN que vão num futuro fazer com que aqueles padrões sejam atingidos,
834 então o que me impressiona, um pouco, é esse artigo terceiro. Por que após os três anos se
835 adota a resolução que nós iríamos aprovar hoje aqui ou não, e se volta aos padrões das
836 resoluções anteriores, estas que estão em vigor, até por que isso aqui é pra ser excepcional
837 como diz aqui, se aprovarmos este artigo, desta forma, o efeito excepcional ele
838 automaticamente fica permanente, acho que eu já estou aqui fazendo uma sugestão, se após
839 três anos, depois de uma discussão no CONSEMA se houver, por que não volta-se aos
840 padrões anteriores das resoluções que estão em vigor (...) pelo próprio esclarecimento que
841 fez o Arnaldo, que o investimento feito vai colocar recursos na sociedade e depois retornar
842 em tarifa, e que vão permitir mais investimentos. Eu queria mais esclarecimentos, do que foi
843 falado aqui, que eu acho muito importante, que é a questão do enquadramento do corpo
844 hídrico, definido qual o enquadramento do corpo hídrico, é muito importante para nós da
845 saúde, a gente vai ter que planejar todas as campanhas, ver os efeitos na população que vai
846 estar vivendo o ano todo na beira do rio, ele vai ter os riscos a saúde ali, e eu vou ter que
847 programar todo o serviço de saúde pra atender aquele risco, então se aquilo vai continuar a
848 receber o esgoto in natura a saúde vai ter que estar programada, como é hoje em que nem
849 toda a população tem acesso ao esgoto, se dentro do Comitê de Bacia a definição for de um
850 rio ser de classe um, então nós sabemos que não precisaremos fazer ações de educação
851 sanitária, o pessoal pode ir lá pescar, então a saúde tem que se preparar para trabalhar
852 também em função do enquadramento dos recursos hídrico, então esta tudo muito vinculado,
853 a questão do enquadramento dos recursos hídrico com toda a questão de gestão do
854 saneamento, inclusive as questões relacionadas a saúde. **Sr. Presidente:** Vamos ler quem
855 esta inscrito. **Sra. Gabriela Freitas:** Estão inscritos o CREA/RS, a AGAPAN, a
856 representação das Instituições Universitárias Públicas e o Fórum de Comitês de Bacia
857 Hidrográficas. Por favor Finamor. **Sr. José Homero Finamor Pinto:** O Arnaldo falou sobre
858 o impacto nas estações de tratamento de esgoto, mas nosso presidente não falou, e não foi
859 colocado ali, que a CORSAN tem cento e oitenta estações de tratamento de água no estado
860 do Rio Grande do Sul, o resto são (...) quatrocentos e cinquenta e seis (...) que a gente tem
861 que abastecer, e em termos de estações de tratamento de esgoto, nós temos setenta estações
862 de tratamento de esgoto, e essas estações estão funcionando, muitas delas, a grande maioria
863 delas foram feitas antes das resoluções de dois mil e seis (2006), e não atendem as
864 resoluções de dois mil e seis (2006), até por que foram aprovadas antes, então todas estas
865 estações elas estão fora da legislação, então estes dezessete por cento que foi colocado da
866 CORSAN, nós corremos o sério risco de se formos seguir a legislação atual nós vamos
867 voltar a zero por cento de tratamento. Porto Alegre que tem sete bacias hidrográficas, três
868 pequenas e quatro bacias grandes, Bacia Ponta da Cadeia, Bacia Zona Sul, a Bacia São
869 João/Navegantes e a Bacia Zona Norte, nós temos funcionando em Porto Alegre hoje, duas
870 estações de tratamento grandes, o resto são pequenas, a estação de tratamento São
871 João/Navegantes que fica ali no Bairro Humaitá, e a estação de tratamento de Ipanema, as
872 duas estações que funcionam hoje estão fora da legislação, e no momento em que terminar
873 suas licenças de operação, elas não atendem a Resolução cento e vinte e oito (128/2006), as
874 duas novas que estão sendo construídas já atendem por que foram projetadas pra (...) a
875 Serraria que já esta em fase de operação e aquele da Zona Norte que vai atender o Bairro
876 Sarandi (...), o sistema de Bagé, Livramento, São Leopoldo, Novo Hamburgo e todas as
877 outra cidades aí, todos, como Pelotas o sistema todo não atende a Resolução cento e vinte e
878 oito (128/2006) por tanto não tem como ter renovadas as suas licenças de operação, e aí nós
879 temos problemas, nós temos dezessete por cento e vamos voltar a zero, o segundo problema
880 é esse recurso que esta aí a disposição, sendo que boa parte dele, sendo que metade desse
881 recurso é a fundo perdido para o estado do Rio Grande do Sul, e é pegar ou largar. Eu como
882 represento um conselho de engenheiros, nós perdemos as obra do aeroporto, nós perdemos o
883 metro que é (...) atual, nós perdemos enumeras obras, nós perdemos a Copa das
884 Confederações por que ficamos discutindo faz ou não faz (...), então o recurso nos foi

885 colocado a disposição, ou a gente pega, ou a gente perde, então este recurso que esta
886 colocado a disposição ele tem data para ser colocado, todavia o PAC (Programa de
887 Aceleração do Crescimento) esta atrasado no Brasil inteiro, o Rio Grande do Sul conseguiu
888 viabilizar muito dinheiro, como nunca viu na vida quatro bilhões de reais pra aplicar em
889 esgoto sanitário, quando eu entrei na CORSAN em setenta e seis, eu trabalhei no escritório
890 de obras de Canoas, quase toda a Região Metropolitana daqui de Porto Alegre a CORSAN
891 abastecia a partir do rio Gravataí, nós tínhamos então a cidade de Gravataí, Cachoeirinha,
892 Alvorada, Viamão e quase toda Canoas abastecidas pelo rio Gravataí, com o passar do
893 tempo a gente começou a ter que mandar água aqui do Jaquí pra misturar com a do Gravataí
894 por que começou a cair a qualidade e baixou a (...) e tudo mais, quarenta por cento do Jaquí,
895 e sessenta por cento do Gravataí, ao longo do tempo nós tivemos que inverter, sessenta por
896 cento do Jaquí, ali em Cachoeirinha tinha uma estação do lado da Freeway em que a gente
897 tinha que jogar a água do rio Gravataí pra dentro (...) pra injetar oxigênio, para poder
898 misturar quarenta por cento da água do rio Gravataí com sessenta por cento da água do Jaquí
899 pra poder tratar. Hoje a gente passa a maior parte do ano tratando a água do rio Jaquí pra
900 todas estas cidades, Canoas já abandonou há muito tempo o rio Gravataí, Cachoeirinha já
901 abandonou, Gravataí, Alvorada e Viamão. Dentro deste recurso que o presidente falou,
902 desses quatro bilhões, tem um sistema que a CORSAN tem que fazer, pra gente buscar água
903 na Lagoa dos Patos pra poder abastecer, fazer uma ETA (Estação de Tratamento de Água)
904 nova ali na Vila Santa Isabel pra abastecer Viamão e Alvorada, quer dizer nós já estamos
905 buscando água lá! Na cidade de São Paulo a muitos anos atrás se abastecia do rio Tietê e
906 depois começou também com barragens (...) lá em Campinas tem um projeto de nos
907 próximos vinte anos de buscar água lá na Bacia de Registro, são trezentos quilômetros de
908 São Paulo, tudo isso são a falta de cuidado com a qualidade da água que nós temos, esse
909 exemplo do Gravataí esta aqui na nossa cara, a dez quilômetros, nós perdemos um rio, que
910 hoje não serve pra nada, aí quando a gente quer, como esse recurso que a CORSAN foi
911 buscar na Banco Mundial (...) setenta e dois milhões de dólares, lá em dois mil e um (2001)
912 nós fizemos Gravataí e Cachoeirinha, chegamos a cinquenta por cento da população de
913 Cachoeirinha, e mais ou menos, trezentas e (...) em Gravataí, hoje nós podemos chegar a
914 quase cem por cento das duas, mas daí nós temos que voltar pra traz e pegar aquela estação
915 de Cachoeirinha do lado da Freeway, e abandonar a estação e fazer uma nova do lado só por
916 causa do fósforo, ao invés de fazer (...) é óbvio que nós estamos sendo atropelados, no mais
917 é pegar ou largar, essa é a questão. **Sr. Presidente:** Obrigado, próximo inscrito, AGAPAN,
918 só eu peço que venha até aqui no microfone senão realmente não fica gravado e depois não
919 tem como degravar. **Sra. Edi Xavier:** Eu proponho que deixemos essa discussão para a
920 próxima reunião... **Sr. Presidente:** A senhora me desculpe, mas isto não tem a menor
921 importância aqui. **Sra. Edi Xavier:** Tem menor importância sim, sabe por que senhor, por
922 que essa aqui que foi lida por ele não a que foi escrita, não tem todos os considerandos que
923 estão escritos aqui e que foram enviados na convocação do CONSEMA, todos os
924 considerandos não estão aqui. **Sr. Presidente:** Então é diferente. **Sra. Edi Xavier:** Esta
925 diferente, então eu tenho razão no que eu estou falando... **Sr. Presidente:** O que vale é o que
926 esta na pasta de vocês. **Sra. Edi Xavier:** E, não, a apresentação que foi feita é que foi
927 postada aqui na pasta, e que foi diferente a que os conselheiros tem a obrigação de ler, que é
928 a que foi enviada quarenta horas antes da reunião, tanto é que eu nem vou debater os demais
929 aspectos que foram... nós vamos definir depois, vamos discutir ela na próxima reunião, não é
930 aqui que nós vamos discutir. **Sr. Presidente:** Campani. **Sr. Darci Campani:** Eu gostaria de
931 saudar o novo Secretario do Meio Ambiente, e tomar a voz da Lisiane, que participa
932 bastante, e sabe da importância desse conselho, aonde os membros do estado, digamos
933 ajudam no quórum desse conselho, hoje em que o ponto de pauta é importante para o estado,
934 o estado esta aqui em peso, a gente espera que na próxima reunião que não tiver um ponto
935 importante para o estado, que o estado também esteja presente, por que pra nós que estamos
936 aqui representando uma universidade federal pública é constrangedor chegar aqui e não tem

937 pauta, e não tem quórum, não ter quórum pela falta dos representantes do governo do estado,
938 então eu gostaria de desejar ao senhor secretario êxito em sua fala, inclusive vamos ser fieis
939 cobradores, por que nós temos que saber se aquela cedência que a UFRGRS (Universidade
940 Federal do Rio Grande do Sul) faz hoje para o Sistema Estadual do Meio Ambiente, esta
941 sendo bastante efetiva. A gente tem essa tranquilidade de conversa, nós estamos juntos na
942 discussão da regulamentação da cento e quarenta (Lei Complementar 140/2011) vamos ver
943 se até o final do governo nós vamos ter ainda uma boa conversa, a gente sabe, a gente
944 entende as necessidades do órgão público de as vezes querer apressar a discussão de coisas
945 que são benéficas a população, mas temos que buscar fazer a discussão no ritmo que a
946 população possa entender, e a população tem que entender o ritmo que o estado tem precisa,
947 ainda mais quando é alguma coisa que vem em favor da população, que é o nosso
948 entendimento bem específico aqui, mas o Eduardo, o Mauro, o Finamor fizeram um resumo
949 da maquina que nós estamos querendo mover, do tamanho da maquina, o Eduardo Stumpf
950 falou em três setores, o Mauro nos disse que existem quatro só dentro do sistema de saúde e
951 que dificilmente conversam entre eles, o governo do estado, o governo do estado não, o
952 estado de Rio Grande do Sul tem dois conselhos que deliberam na parte do saneamento, e
953 isso é histórico, não foi este governo, não foi o governo anterior que criou essa situação, é de
954 três governos atrás, nós temos o Conselho Estadual de Saneamento e nós temos o Conselho
955 Estadual das Cidades, todos os dois com capacitação, ou deveres, ou prerrogativas de atuar
956 na área de saneamento, então nós temos uma maquina pública pesada e complicada, mas que
957 nós temos que junto com a orientação do CONSEMA e direção da SEMA procurar fazer de
958 maneira mais tranquila atendendo as necessidades dos órgão públicos mas também da
959 população. Quanto ao colega da FEPAM eu gostaria de dialogar no sentido de que essa
960 discussão, que não se acaba aqui, mas eu quero fazer aqui, não por que é uma discussão que
961 eu acho que tem que acontecer aqui, mas para qualificar o próprio corpo do CONSEMA,
962 nós temos que ter essa noção, nós temos dentro do CONSEMA pessoas que não sabem que
963 esta sendo feito o enquadramento, como é que agora o presidente do Comitê do Gravataí lá
964 em mil novecentos e noventa e poucos em que foi feito o enquadramento do Gravataí, já não
965 era o primeiro, era o segundo, o primeiro enquadramento que foi feito no Ria Grande do Sul
966 foi lá da Bacia da Lagoa Mirim, eu estava lá na reunião feita em Rio Grande estava sendo
967 feito o enquadramento, é uma discussão antiga, nós temos que ter essa referencia neste
968 conselho de meio ambiente para saber como tratar, e saber resolver essa discussão. Acho que
969 nós temos que aprender a fazer resoluções, a gente esta dentro de um estado democrático
970 crescendo, mas acho que a gente ainda não saiba fazer resoluções, não adianta a gente
971 chegar aqui na frente e dizer a minha resolução é ótima, mas ela não é aplicável, de que é
972 que adianta ter uma resolução ótima que não pode ser aplicada, acho e sinto eu que tem que
973 fortalecer o entendimento inicial do Fernando, o enquadramento impede que o órgão
974 licenciador, licencie um empreendimento que vai alterar negativamente o corpo hídrico, nós
975 não estamos tratando disso, nós estamos tratando de um licenciamento que vai melhorar a
976 qualidade do corpo hídrico, vai remover poluentes, se eu fosse relicenciar uma fabrica que
977 vai agregar, aí sim eu aplicaria a legislação em relação ao enquadramento, e diria não pode
978 por que vai estar agregando, eu estou removendo, não consigo remover tudo que eu tenho
979 que remover. Acho que é uma conversa complicada, mas que a gente tem que entender, hoje
980 objetivamente ou a gente trata noventa e oito por cento da matéria orgânica, é esse o índice?
981 Noventa e oito, noventa e nove ou a gente deixa, é o caso que o Finamor falou, daqui uns
982 anos a estação de tratamento de esgoto da Serraria e da São João/Navegantes não vai poder
983 renovar sua licença de operação, então eu tenho uma resolução do CONSEMA ótima e ela
984 vai determinar ao DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) desligue a estação de
985 tratamento de esgoto e bote tudo com a carga orgânica no meio ambiente, não é essa solução
986 que nós queremos, ninguém quer essa solução, nós queremos que o DMAE (Departamento
987 Municipal de Água e Esgoto), que a CORSAN se previna, faça este trabalho de
988 planejamento prévio, mas esse planejamento, é um planejamento deve ser balizado em metas

989 que a gente sabe que vai ter que adotar ao longo do tempo, hoje remover a carga orgânica e
990 não remover o fósforo e o nitrogênio o que estão fazendo algumas fabricas é bem
991 complicado, eu estou olhando aqui no fundo, tem três ex-alunos, tem quatro professores da
992 UFRGS e eu estou falando em nome da UFRGS, é complicado a minha fala, eu fui essa
993 semana almoçar lá no IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas), que vai almoçar no IPH sabe
994 que tem a salinha, tem a mesinha dos professores, eu sentei lá no cantinho da mesa, e veio
995 esse assunto lá no cantinho da mesa e é lógico que não teve consenso no que fazer, então do
996 que é que adianta tirar hoje todo o nitrogênio e todo o fósforo e o lodo que esta ali, quanto
997 tempo esse lodo vai levar pra ser tratado, então eu vou tirar o nitrogênio e o fósforo do meio
998 da carga orgânica, mas o lodo esta ali, mesmo que eu consiga tirar o fósforo e o nitrogênio a
999 poluição vai continuar, a gente tem visto a série de obra do DMAE pagas pelos usuário, e a
1000 gente vê que elas (...), mas não tem aquela melhoria com o tempo, então vamos fazer
1001 melhor ainda, vamos fazer uma resolução de que tem que remover o lodo dos corpos
1002 hídricos, senão não resolve, não vai ter o enquadramento, o enquadramento que eu participei
1003 do rio Gravataí já foi o mesmo, só renovou as ideias por que um mês depois retornou ao
1004 mesmo enquadramento, a população quer tomar banho na foz do Gravataí, não vai tomar
1005 banho, não adianta, nem com noventa e nove virgula noventa e nove por cento (99,99%) de
1006 remoção da carga orgânica não chega em classe dois, chega em classe três, e isso na
1007 perspectiva de jogar aguinha na atual... nós temos que ter conhecimento da natureza
1008 enquanto lodo, e o lodo que esta ali vai continuar a ser um elemento de poluição, ele vai
1009 agregar toda essa poluição de volta, aí a gente tem que começar a pensar um pouco melhor
1010 as nossas resoluções, até pra não apertar os coitados dos funcionários da FEPAM que tem
1011 que decidir licenciar ou não licenciar, eu acho que quatro anos pra discutir uma resolução foi
1012 bom, mas eu acho que tem que levar cinco, seis e infelizmente o governo tem algumas
1013 premências, mas aqui eu acho que nós temos uma premência que a gente pode negociar e
1014 dar um pouco mais de tempo para gente começar, naquilo que esta tranquilo, a gente da um
1015 pouco mais de tempo. **Sr. Presidente:** Obrigado Campani, agora nós temos só os dois
1016 últimos inscritos, e eu vou propor que a gente inverta, por que o nosso representante, nosso
1017 anfitrião, aqui da Sociedade de Engenharia ainda não falou e o outro inscrito, que estava
1018 antes, é o representante do comitê de bacias que já falou, que a gente inverta, então o
1019 representante da Sociedade de Engenharia por favor com a palavra. Sinta-se em casa. **Sr.**
1020 **Fernando Hartmann:** (...) o CONSEMA, por que o conselho esta esvaziado, então
1021 evidentemente que aquilo que se poderia falar aqui hoje sobre esse tema, eu acho que já foi
1022 muito bem tratado, talvez o Arnaldo não tenha conseguido passar pra nós algumas coisas. A
1023 Sociedade de Engenharia participa da Câmara Técnica que tratou desse minuta e aprovou
1024 essa minuta, então eu não vou dizer aqui que sou contra a minuta, por que ela foi aprovada
1025 pela Sociedade de Engenharia, particularmente falando, eu entendo que nós estamos numa
1026 posição em que o estado do Rio Grande do Sul, esta a dever para a sua população, o estado
1027 do Rio Grande do Sul não tem feito aquilo que deveria fazer, que é tratar de seus esgotos,
1028 falo do esgoto, por que é o assunto que nós estamos tratando, então nós temos, nós, como
1029 conselho, nós temos que tratar de dar ao estado condições que se faça este tratamento, seja
1030 pessoa pública, ou seja pessoa privada, então neste sentido que a Sociedade de Engenharia,
1031 ela apoia essa resolução, e colocar também o seguinte, que ela não é definitiva, por isso nós
1032 como conselho temos que ter isso em mente e considerar que daqui três anos, se assim ela
1033 for aprovada, nós devemos ter condições de fazer a discussão novamente aqui, desta
1034 resolução, ou para aprimora lá, ou para voltar a cento e vinte e oito (128/2006) e assim nós e
1035 a FEPAM, e não só a FEPAM mas várias, digamos assim, organizações trabalharam na cento
1036 e vinte e oito (128/2006), cento e vinte e nove (129/2006) com muito afinco para concluir,
1037 claramente mais de quatro anos de trabalho, exaustivamente enquanto poderíamos ter
1038 colocado esta que está colocada, então nós do CONSEMA não podemos esquecer que temos
1039 que tratar isso daqui algum tempo, e por último eu gostaria de colocar que nós não estamos
1040 simplesmente abandonando a situação, mas nós estamos nesta minuta dizendo que o nós

1041 vamos atender a quatrocentos e trinta (Resolução CONAMA 430/2011), a quatrocentos e
1042 trinta (Resolução CONAMA 430/2011) é a legislação federal que vários estados usam ela,
1043 então nós não estamos simplesmente sem um norte, ou sem uma regra dentro deste três anos
1044 com os quais a gente esta trabalhando, sem um ato, uma norma para ser seguida. **Sr.**
1045 **Presidente:** Então vamos ao último inscrito, e depois vamos ouvir as considerações finais
1046 do Arnaldo, Eduardo por favor. **Sr. Eduardo Stumpf:** Bom eu tinha preparado um discurso,
1047 mas depois de ouvir o discurso de quatro palestrantes, eu vou pedir vistas na medida que
1048 nem todos os conselheiros estão esclarecidos. **Sr. Presidente:** Obrigado Eduardo! Arnado,
1049 para suas considerações finais. **Sr. Arnaldo Dutra:** Eu gostaria de ponderar só duas coisas,
1050 senhor presidente, duas coisas que eu acho que são importantes, a primeira delas é uma
1051 questão mais de ordem pessoal, digamos assim, eu acho que pelo fato de e gente trabalhar
1052 muito tempo com o tema saneamento, e aí é o meu caso, apesar de não ter o mesmo tempo e
1053 que o engenheiro Finamor tem, cinquenta e poucos anos aí na CORSAN, ajudou a fundar a
1054 CORSAN, a gente trabalha bastante tempo, então quando eu venho falar com um público
1055 bastante qualificado como este eu me sinto bastante tranquilo de falar, e quero dizer que não
1056 me senti em nenhum momento em um tom intimidatório ou qualquer outra coisa, não era
1057 essa a ideia, só pra registra isto, que não foi essa ideia e não me senti pressionando ninguém
1058 por que a mesma preocupação que todos vocês tem em relação a questão ambiental, eu
1059 também tenho, trabalho com isso e essa é minha vida eu faço isso, e procuro melhorar o
1060 ambiente em que todos nós vivemos, assim como vocês. Então dito isto, pra dizer que nós
1061 estamos no mesmo pé de igualdade, e todos nós aqui fazemos a nossa parte, ou como
1062 sanitarista, ou como ambientalista sanitaristas nós estamos no mesmo barco, e a
1063 preocupação é fazer com que o estado avance, com que o meio ambiente avance de um
1064 ponto de vista qualificado, então essa é a nossa função, em relação a pressa do tema eu
1065 voltaria a dizer o seguinte, quem estabelece os prazos infelizmente não somos nós, esses
1066 recursos que vem do Governo Federal como diz o engenheiro Finamor que a gente pega, e
1067 que são recursos não onerosos ou em parte deles são recursos financiados, mas parte é não
1068 oneroso, nós temos um prazo, abre-se uma janela e quem determina o prazo que eu preciso
1069 cumprir não sou eu não é o estado é o órgão federal que diz, tu tem dois meses pra
1070 apresentar os projetos em condições de serem licenciados, então a gente se obriga a fazer,
1071 em algumas situações de emergência, conversas mais rápidas do nós gostaríamos, não tem
1072 como a gente debater um tema desses durante quatro anos, por que eu estou falando de zerar
1073 tudo que se conseguiu até agora, assim nós nos socorremos, e aí é por isso que fazíamos um
1074 apelo a vocês que compreendessem isso, e nos socorremos por que nós não estamos em
1075 condições de perder recursos para o estado do Rio Grande do Sul, principalmente recursos
1076 não onerosos, então é por isso que nós fizemos este movimento. Terceira questão importante
1077 de colocar é que a preocupação com a qualidade ambiental do estado do Rio Grande do Sul,
1078 ela é uma preocupação de todos nós, ninguém gosta de fazer uma conta ali e chegar a
1079 conclusão de que a gente esta com nove milhões de pessoas lançando esgoto bruto nos
1080 nossos recursos hídricos do nosso estado, então a realidade do estado do Rio Grande do Sul
1081 é essa nove milhões de pessoas lançam seus esgotos brutos nos recursos hídricos, e nós
1082 precisamos mudar essa realidade, eu digo a resolução CONSEMA é um grande avanço a
1083 cento e vinte e oito (128/2006), é um extraordinário avanço, só que eu acho que ela tem um
1084 horizonte pra ser atingido, se nós tivéssemos iniciado com a portaria de vinte nove quatorze
1085 na água lá em sessenta e cinco nós certamente estaríamos falando de sessenta por cento da
1086 população atendida com água potável, só que teve um caminho a ser percorrido para
1087 chegarmos a uma portaria extremamente exigente como é hoje a da potabilidade de água, e é
1088 disso que nós estamos falando aqui, de ter um tempo pra que a gente possa adequar o
1089 sistema, adequar para que nós possamos atingir com tranquilidade a Resolução CONSEMA
1090 cento e vinte e oito (128/2006), o país cumpre a resolução do CONAMA quatrocentos e
1091 trinta (430/2011), e eu digo pra vocês, os estados não são mais poluídos que o Rio Grande
1092 do Sul por cumprir a quatrocentos e trinta (430/2011), não são, e aí nós temos índices que

1093 não nos orgulham em nada, nós temos como diz o professor Campani, nós temos uma
1094 grande resolução, só que ela precisa de um tempinho pra ser aplicada, e é esse tempo que
1095 nós tentamos falar aqui, e que seria importante que nós conseguíssemos, por que nós
1096 estamos na eminência de perder recursos, e aí certamente, será muito difícil explicar que nós
1097 não conseguimos nos entender no processo de tratamento de esgoto, que todo mundo quer, e
1098 que todo mundo gostaria que tivéssemos no estado. Sobre os custos de outras alternativas
1099 tecnológicas, é sempre importante nós termos claro, a população brasileira e a população
1100 gaúcha não é diferente tem muita dificuldade de pagar os serviços, e não gosta de pagar por
1101 esgotamento sanitário, o sistema de esgotamento sanitário hoje, ele já é um sistema
1102 deficitário, então esse olhar eu também tenho que ter, esse equilíbrio econômico, se eu
1103 começar a investir com altas tecnologias pra resolver problemas eu certamente vou ter
1104 problemas pra sustentar esse sistema e o risco que nós vamos ter é o de elefantes brancos
1105 que se constroem e depois não se opera, então essa é a responsabilidade de todos nós, e foi
1106 essa reflexão que eu tentei fazer aqui, em nenhum momento, em nenhum momento mesmo,
1107 eu viria aqui pra fazer pressão sobre qualquer um de vocês, ou sobre qualquer uma das
1108 instituição das pessoas que estão aqui, que estão aqui de forma gratuita, de forma deliberada,
1109 preocupadas com as questões ambientais, como eu também estou aqui e todos os
1110 engenheiros da CORSAN, do DMAE, do SEMAE (Serviço Municipal de Água e Esgotos)
1111 de todos os órgãos que fazem saneamento público tenho certeza que estão. Então esta senhor
1112 presidente era um pouco da reflexão, que e volto a dizer, vamos discutir, mas tenham esse
1113 horizonte de que nós precisamos tratar esgoto no estado do Rio Grande do Sul, a resolução
1114 CONSEMA é boa? É muito boa, mas eu acho que ela tem um teto pra ser atingido, e desse
1115 teto que nós estamos falando em percorrer esse caminho. **Sr. Presidente:** Obrigado Arnaldo!
1116 Deixa e só começar fazendo uma consulta, nós vamos seguir o regimento interno aqui do
1117 CONSEMA, portanto vai se abrir de imediato para pedidos de vista, mas eu queria fazer
1118 uma consulta, dada a urgência que tu já apresentastes e que todos os conselheiros já
1119 compreenderam, se uma destas duas datas, que em nosso regimento interno as reuniões
1120 acordadas são as quintas-feiras, *et cetera*, se uma dessas duas datas tem prioridade ou
1121 poderíamos trabalhar com as duas? Dia dois ou dia nove de maio, as duas seriam possíveis,
1122 estamos no limite, então primeiro a gente encaminha estatutariamente o pedido de vista,
1123 quem deseja fazer pedido de vista, por favor levante o crachá, pra poder se manifestar no
1124 período que a gente definir, anota aí todo mundo, Gabriela. Acho que ficou bastante claro na
1125 apresentação do Arnaldo e encampada aqui pela presidência do CONSEMA, da urgência,
1126 portanto a gente não poderia esperar uma nova reunião ordinária, tendo a concordância com
1127 o Arnaldo em qualquer uma das duas datas e levando em conta, pra gente ter o máximo de
1128 tempo para o debate, então eu proponho que a gente marque a reunião extraordinária do
1129 CONSEMA para o dia nove, e endosso e reforço aqui o pedido do Campani, pra que este
1130 quórum excepcional atingido no dia de hoje, seja um quórum rotineiro, agora no nosso
1131 conselho, até por que eu prometo que a pauta vai ser rotineiramente interessante, muitas
1132 emoções viveremos, não vai ter mais aquele período de marasmo e de pouca discussão,
1133 então espero que a gente tenha sempre esse quórum bastante elevado, e agradeço a presença
1134 de todos, e esperamos também que as câmaras técnicas tenham uma ativação maior.
1135 Desculpem mas temos mais um ponto de pauta, o Arnaldo fica liberado, por favor Arnaldo,
1136 da discussão. Tem assuntos gerais, não sei se alguém teria alguma discussão, por favor
1137 Lisiane, desculpe mas foi uma falha de iniciante, Arnaldo fique a vontade. Pessoal só um
1138 momento. **Sra. Lisiane Becker:** É só pra citar a presença dos bombeiros, foi recentemente,
1139 a cerca de um mês, todos deem uma levantadinha, que a gente se conhece. **Sr. Presidente:**
1140 Bem vindos. **Sra. Lisiane Becker:** Eu só queria lembra duas coisas que já foram faladas
1141 aqui várias vezes, de realizarmos reuniões conjuntas do CONSEMA e do CHR (Conselho de
1142 Recursos Hídricos). E a outra tem a ver com o edital para Educação Ambiental, que faz dois
1143 anos, dois anos e pouco que teve um projeto aprovado pelo FEMA (Câmara Técnica
1144 Permanente do FEMA “Fundo Estadual do Meio Ambiente”) para as ONGs (Organizações

1145 Não Governamentais) e para os municípios e ninguém viu, então que fosse retomado isso
1146 antes de qualquer edital, por que as pessoas se empenharam, gastaram seu tempo e seus
1147 esforços, mas ele teve que ter adequações pela PGE (Procuradoria Geral do Estado), não
1148 mais o que... e ficou parado. **Sr. Presidente:** Eu quero aproveitar e também comunicar a
1149 esse plenário, primeiro que eu acho a ideia de pelo menos eventualmente ter reuniões
1150 conjuntas, é uma ideia muito boa, ontem tive a oportunidade de pela primeira vez participar
1151 e já de cara presidir a reunião do Conselho de Recursos Hídricos, não era um assunto que eu
1152 tinha tanta familiaridade, quanto hoje aqui no CONSEMA, hoje estou me sentindo em casa,
1153 ontem eu estava bem mais tateando, mas o que tu trazes aqui já tem a informação para estes
1154 conselheiros, não muito positiva que já foi comunicado pela Secretaria da Fazenda, de que o
1155 orçamento previsto de sessenta e sete milhões que seria o total a ser executado do Fundo de
1156 Recursos Hídricos não existe a menor possibilidade de ser executado. A previsão da Fazenda
1157 é de que seja alguma coisa em torno de trinta milhões e com dois limites, que infelizmente
1158 Lisiane não permitem o encaminhamento de tua sugestão, em que pese eu concordar com
1159 ele, vamos discuti-lo junto do conselho, e são recursos apenas ingressados apenas este ano
1160 no fundo e para projetos desse ano, não o resgate de projeto anterior, então a gente vai ter
1161 que fazer esse debate, acho que é uma boa sugestão de, de vez em quando, reunir em
1162 conjunto, e como agora eu estou acumulando as duas presidências me comprometo em
1163 encaminhar alguma reunião conjunta o mais breve possível. **Sra. Lisiane Becker:** Até pra
1164 respeitar o esforço das entidades... **Sr. Presidente:** Sim, sim eu concordo plenamente. **Sra.**
1165 **Gabriela Freitas:** Antes de terminarmos, eu gostaria de deixar registrado que a partir de
1166 amanhã vai estar na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, vai estar disponível o processo
1167 para aquelas entidades que pediram de vista, para terem acesso as informações, lembrando
1168 que nós estamos de casa nova, então aqui no antigo prédio União, é Borges de Medeiros,
1169 dois meia um (261) decimo segundo (12º) andar, sala do CONSEMA. **Sr. Presidente:** O
1170 prédio esta ótimo, mas não se assustem com a bagunça, com falta de telefone e de
1171 informática, o prédio é ótimo. Obrigado a todos.

1172
1173
1174
1175
1176
1177 **Carlos Fernando Niedersberg**
1178 **Presidente do CONSEMA**
1179 **Secretario Estadual do Meio Ambiente**

1180
1181
1182
1183
1184 **Torvaldo Antônio Marzolla Filho**
1185 **FIERGS**

1186
1187
1188
1189
1190 **Ludwig Backup**
1191 **IGRÉ**
1192
1193
1194
1195
1196

1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213
1214
1215
1216
1217
1218
1219
1220
1221
1222
1223
1224
1225
1226
1227
1228
1229
1230
1231
1232
1233
1234
1235
1236
1237
1238
1239
1240
1241
1242
1243
1244
1245
1246
1247
1248

Ivo Lessa
FARSUL

Jurandir João Farias
SEINFRA

Loana Silveira Cardoso
SEAPA

Eduardo Osório Stumpf
Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Margô Guadalupe Antonio
Amigos da Floresta

Paulo José Gallas
SCIT

José Homero Finamor Pinto
CREA/RS

Itabajara da Silva Vaz Junior
Centro de Biotecnologia do Estado

1249
1250
1251
1252
1253
1254
1255
1256
1257
1258
1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267
1268
1269
1270
1271
1272
1273
1274
1275
1276
1277
1278
1279
1280
1281
1282
1283
1284
1285
1286
1287
1288
1289
1290
1291
1292
1293
1294
1295
1296
1297
1298
1299
1300

Alberto Niederauer Becker
SSP/RS

Fernando Hartmann
SERGS

Darci Campani
Instituição Universitária Pública

Silvia Aparecida Rudek Wathier
FAMURS

Alexandre Scheifler
FETAG/RS

André Kryszczun
SEDAC

Carlos Monti Henkin
SEPLAG

João Carlos Almeida
SOP/RS

1301
1302
1303
1304
1305
1306
1307
1308
1309
1310
1311
1312
1313
1314
1315
1316
1317
1318
1319
1320
1321
1322
1323
1324
1325
1326
1327
1328
1329
1330
1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352

Paulo Brack
INGA

Edi Xavier Fonseca
AGAPAN

Gabriele Gottlieb
FEPAM

Ana Rosa Bered
Corpo Técnico da FEPAM

Mauro Kruter Kotlhar
Secretaria Estadual da Saúde

João Pessoa R. Moreira Junior
IBAMA/RS

Ana Lúcia P. F. Cruz
SINDIÁGUA/RS

Lisiane Becker
Mira Serra

1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364

Marco Franceschi
SDPI

Adair Coelho Barcelos
SEDUC/RS